AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT
PPC/CDIE/DI REPORT PROCESSING FORM

ENTER INFORMATION ONLY IF NOT INCLUDED ON COVER OR TITLE PAGE OF DOCUMENT

1. Project/Subproject Number	2. Contract/Grant Number	3. Publication Date
	512-G-96-00041	May 2000

4. Document Title/Translated Title

Component II:
Amazon Development Policy (Clippings)

5. Author(s)

1.
2.
3.

6. Contributing Organization(s)

World Wildlife Fund

7. Pagination	8. Report Number	9. Sponsoring A.I.D. Office
		USAID - ~~Bolivia~~

10. Abstract (optional - 250 word limit)

11. Subject Keywords (optional)

1.	4.
2.	5.
3.	6.

12. Supplementary Notes

13. Submitting Official	14. Telephone Number	15. Today's Date
~~Lou Ann Dietz~~ Meg Symington	(202) 778-9611	June 30, 2000

DONOT write below this line

16. DOCID	17. Document Disposition
	DOCRD [ ] INV [ ] DUPLICATE [ ]

AID 590-7 (10/88)

F

1

Valorização de reservas legais

tas ciliares e as reservas são essenciais para garantir o volume e qualidade da água, a estabilidade do solo e o equilíbrio climático

Seminário pretende firmar acordos e parcerias para preservação e recuperação das reservas legais e matas ciliares

O Seminário de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares será realizado no dia 22 de março próximo, no auditório da Justiça Federal, em Porto Velho. O evento tem como objetivo firmar acordos e parcerias na Campanha de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares com instituições governamentais para preservação e recuperação das reservas legais e matas ciliares; e garantir a sustentabilidade das atividades agropecuárias em Rondônia.

Na programação do seminário constam apresentação da campanha; uma palestra com o tema Desmatamento, Clima e a Sustentabilidade das atividades Agropecuárias, cujo palestrante será o pesquisador Philip Fearnsid (Departamento de Ecologia do INPA-Manaus); debate sobre o tema e leitura e assinatura do acordo.

O evento será promovido pela Ação Ecológica Guaporé (Ecoporé), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia (Fetagro), Fórum das ONGs de Rondônia e WWF Brasil.

De acordo com João Alberto Ribeiro, presidente da Ecoporé, no período da tarde será realizado outro evento. Segundo ele, será a palestra com o mesmo tema, com Philip Fearnsid, voltada para acadêmicos, professores e público em geral, visando sensibilizar e motivar a sociedade rondoniense para a importância da valorização das reservas legais e matas ciliares.

Campanha

A Campanha de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares promovida pelas entidades Ecoporé, Fetagro, Fórum das ONGs e WWF, vem sendo desenvolvida desde fevereiro de 2001 e tem como objetivo de valorização pela sociedade rondoniense das reservas legais e APP's (matas ciliares, morros, etc..)

Segundo João Ribeiro, na primeira fase da campanha, além da formação de parcerias foram elaborados materiais promocionais, cartazes, folderes, adesivos, cartilhas e vídeo.

Entidades discutem valorização das reservas legais e matas ciliares

O Seminário de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares será realizado no dia 22 de março/2001, no auditório da Justiça Federal/Porto Velho. O evento tem como objetivo firmar acordos e parcerias na Campanha de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares com instituições governamentais e não governamentais para preservação e recuperação das reservas legais e matas ciliares; e garantir a sustentabilidade das atividades agropecuárias em Rondônia.

Na programação do Seminário constam apresentação da Campanha; uma palestra com o tema: Desmatamento, Clima e a Sustentabilidade das atividades agropecuárias em Rondônia.

Na programação do Seminário constam apresentação da Campanha; uma palestra com o tema: Desmatamento, Clima e a Sustentabilidade das Atividades Agropecuárias, cujo palestrante será o pesquisador Dr. Philip Fearnsid (Departamento de Ecologia do INPA - Manaus); debate sobre o tema; a Leitura e assinatura do acordo.

O evento será promovido pela Ecoporé - Ação Ecológica Vale do Guaporé, Fetagro - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia, Fórum das ONG's de Rondônia e WWF Brasil.

PALESTRA

De acordo com João Alberto Ribeiro, presidente da Ecoporé, no período da tarde será realizado outro evento. Segundo ele, será a palestra com o mesmo tema, com o Dr. Philip Fearnsid, sendo voltada para acadêmicos, professores e público em geral, visando sensibilizar e motivar a sociedade rondoniense para a importância da valorização das reservas legais e matas ciliares.

CAMPANHA

A Campanha de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares promovida pelas entidades Ecoporé, Fetagro, Fórum das ONGs e WWF, vem sendo desenvolvida desde fevereiro de 2000 e tem como objetivo a valorização pela sociedade de Rondônia das reservas legais e APP's (matas ciliares, morros, etc).

Segundo João Ribeiro, na primeira fase das campanha, além da formação de parcerias foram elaborados materiais promocionais, cartazes, folderes, adesivos, cartilhas e vídeo, os quais já foram distribuídos em grande parte, para diversos segmentos da sociedade, iniciando um processo de divulgação da campanha, assim como, a mobilização de lideranças rurais, sindicatos, associações, especialmente formando-se uma linha de discussões para a política de recuperação de áreas degradadas através da agricultura familiar.

O Estado

10/2/2001

Marcelo Gladsc

O lançamento da campanha foi prestigiado por muitas autoridades locais

Campanha valoriza reservas

A organização ambientalista WWF lançou ontem, em Porto Velho, a Campanha de Valorização das Reservas e Matas Ciliares, que pretende conciliar a preservação do ecossistema e as vantagens econômicas. Segundo as lideranças do movimento, é necessário unir, em torno deste ideal, os segmentos que dependem destas áreas.

Página 12

4

ECOLOGIA

Parte I

Entidades lançam campanha de preservação do Meio Ambiente

Marcelo Gladson

Representantes de entidades e autoridades constituídas do Estado e município comporam a mesa

Preocupados com a rápida degradação e devastação do meio ambiente do Estado de Rondônia, entidades ligadas à manutenção, fiscalização do desenvolvimento ambiental, dentre outros segmentos, reuniram-se ontem pela manhã para lançar a "Campanha de Valorização das Reservas Legais e Matas Ciliares". A campanha, segundo Luiz Carlos Pinagé, coordenador do Programa Amazônia WWF - Brasil, é mostrar à toda a sociedade organizada a possibilidade de conciliar a preservação destas florestas com o uso econômico das mesmas. A campanha está sendo coordenada pela WWF e Ecoporé.

O local escolhido não poderia ser mais sugestivo ao tema, a Churrascaria PC, na orla do rio Madeira, rodeada por um tipo de vegetação a que se refere a campanha, onde também foi servido um café da manhã a toda a imprensa, autoridades e convidados. Dentre os participantes estiveram presentes ao lançamento da campanha o Promotor do Meio Ambiente, Ivo Benitez, do presidente Fundação Meio Ambiente, representando a Prefeitura do município de Porto Velho, Antônio Ocampo, o vice-governador Miguel de Souza, além de representantes da WWF, Fetagro, Emater e comunidades indígenas.

Segundo Luiz Carlos Pinagé e João Alberto Ribeiro, as atividades previstas visam atingir principalmente os grandes e pequenos produtores rurais e trabalhadores do setor, técnicos agrícolas, educadores representantes e funcionários de órgãos públicos, além da sociedade como um todo. Diversos materiais educativos foram preparados com o sentido de levar a todos os segmentos, os conhecimentos necessários para a disseminação da campanha à população como vídeo, áudio, cartazes, folhetos, adesivos e uma cartilha que mostra coo usar essas florestas sem destruí-las.

"Esses materiais servirão para esclarecer o grande público, através dos meios de comunicação e para treinar os multiplicadores, começando pelos técnicos da Emater - que depois poderão dar palestras e realizar atividades de campo com os produtores rurais e os assentados - e pelos sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado - a Fetagro", disse João Alberto. Segundo ele, as lideranças da Fetagro poderão atuar junto aos conselhos municipais de desenvolvimento rural e junto às prefeituras para atingir as escolas e outras instituições municipais. Os organizadores da campanha querem também obter adesão do governo em nível estadual e federal.

Uma das idéias práticas principais da campanha é combater o desmatamento ensinando técnicas que substituam as práticas de corte e queima, hoje utilizadas para limara e preparar a terra para a lavoura e as pastagens, o que passado alguns anos resulta na diminuição acentuada na produtividade do solo. Entre as alternativas propostas, incluem-se a implantação de sistemas agro-florestais, o manejo de capoeira, o banco de proteína (através do plantio de leguminosas de alto valor nutritivo), a diversificação das espécies utilizadas para forragem, o pastejo misto, a rotação da agricultura, os sistema silvipastoris, os bosques e as árvores em faixas na pastagem, a criação de galinhas, porcos, cabras, ovelhas, peixes e abelhas, bem como de animais silvestres; e o manejo florestal, com o manejo comercial de madeiras e de produtos não madeireiros.

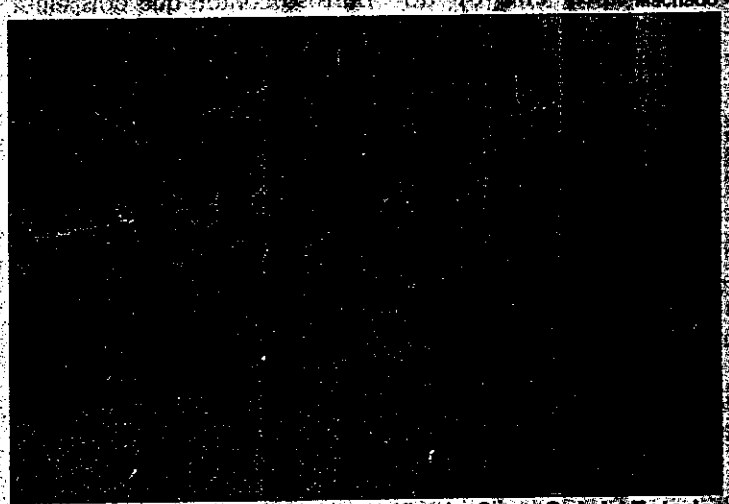
Parte II

O Estado

10/2/2001

Rondônia é o estado mais desmatado da Amazônia

Machado



O desmatamento é maior na região do Cone Sul do Estado

De acordo com dados da WWF, Ibama e IBGE, Rondônia é hoje o Estado mais desmatado em toda a Amazônia e já perdeu quase um terço de suas florestas (31%). As florestas nativas são essenciais para garantir a quantidade e qualidade da água, a estabilidade do clima e o equilíbrio ecológico. Hoje, na região de Vilhena e Rolim de Moura, cone sul do Estado, resta menos do que 10% da cobertura florestal original e uma das conseqüências é o racionamento do abastecimento urbano de água que já ocorre na época seca. A área total do Estado coberta por matas nativas é 23.851 km quadrados, que correspondem a 4,78% da Amazônia, ou 2,79% do País.

Assim como os cílios ou pestanas protegem os olhos, as matas ciliares se estendem ao longo das margens dos rios e outros cursos d'água para protegê-los, uma espécie de barreira natural. Reserva legal é uma parte de propriedade privada onde é proibido fazer o corte raso - a Medida Provisória 1946, hoje em vigor, estabelece 80% como o percentual a ser preservado nas propriedades rurais da Amazônia. Apesar das leis de proteção existentes nossas florestas continuam sendo devastadas por madeireiras que contrabandeiam a madeira para fora do Estado e do País. A rápida devastação preocupa não só as autoridades estaduais, mas ambientalistas do mundo inteiro.

As matas ciliares, reservas legais e outras áreas de preservação permanente (como os topos e encostas de morros) devem ser preservadas porque são essenciais para o controle de pragas na agropecuária, a polinização das plantas, a manutenção do regime natural das chuvas, o combate ao efeito estufa, a sobrevivência de espécies nativas de fauna e flora, bem como para impedir que sequem as nascentes e que os rios fiquem entupidos pelo desmoronamento das barrancas (como aconteceu recentemente no distrito de Calama), controlar a erosão do solo e garantir os alimentos e o lazer da população.

BEST AVAILABLE COPY

6

Caderno b
Porto Velho
Sexta-feira, 9 de fevereiro de 2001
Variedades Social
Informática Polícia

Entidades lançam campanha de valorização das reservas e matas

E.D.

O objetivo da campanha é chamar a atenção para os riscos causados pelo desmatamento

Ji-Paraná (da sucursal) – Entidades sociais e não governamentais que atuam em Rondônia, estão preocupadas com o desequilíbrio ambiental e lançam nesta amanhã, a Campanha de Valorização das Reservas Legais e das Matas Ciliares, em Porto Velho, durante uma solenidade oficial promovida pelas entidades promotoras da campanha que são: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), WWF Brasil, Ecoporé e Fórum das ONGs. Toda imprensa do estado foi convidada, e a meta é levar ao conhecimento público, a realização da campanha e seus objetivos.

O presidente da Fetagro, Anselmo de Jesus Abreu, explicou que, o papel da imprensa será fundamental neste trabalho, para que os temas referentes à preservação ambiental cheguem ao conhecimento público. "Precisamos preservar os recursos naturais, para que a humanidade não venha sofrer as sérias consequências, como por exemplo, a redução da quantidade de água potável no Planeta, e a escassez de alimentos. Essa é uma tarefa de toda sociedade", salientou.

Foram confeccionados para esta fase de divulgação da Campanha, cartilha com informações sobre como usar, sem destruir, as reservas legais e as matas ciliares; o folder explicativo sobre a campanha, chamando a sociedade para participar deste projeto; o vídeo documentário de 7 minutos e 36 segundos, ensinando como proteger as matas ciliares e as reservas legais; e o vídeo-tape de 30 segundos sobre a importância e o que são as matas ciliares e as reservas legais. Todo esse material será utilizado em veiculações na imprensa, e para distribuir durante palestras e outros eventos sobre o meio ambiente.

O objetivo da campanha é chamar a atenção da sociedade para os riscos causados pelo desmatamento acelerado no estado. Um dos principais problemas causados pelo desmatamento é a redução da água potável no Planeta e o desequilíbrio ambiental, com o desaparecimento da fauna e da flora.

A Campanha orienta ainda, sobre a importância das matas ciliares para o equilíbrio ambiental. Essas matas são as que margeiam os rios, lagos e igarapés, servindo com revestimento para evitar o desbarrancamento, e servem ainda, para jogar nas águas sementes e frutos que servem para a alimentação dos peixes. As matas ciliares evitam também, as erosões nas encostas que causam assoreamento no leito dos rios.

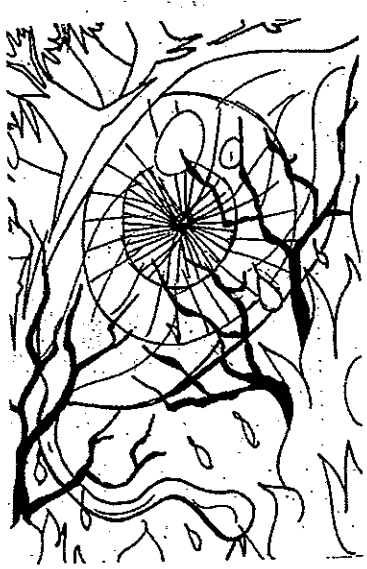
7

Diário da Amazônia

POLÍTICA & INFORMAÇÃO

SOS matas ciliares

Rondônia é o Estado mais desmatado da Amazônia e já perdeu um terço de suas florestas. Este é o principal motivo do lançamento da Campanha de Valorização de Reservas Legais e Matas Ciliares, que



acontece amanhã em Porto Velho.

Não somos contra a exploração da terra e dos recursos naturais nela existente, mas concordamos que pode ser feita de maneira racional, e obedecendo legislação ambiental. Campanha como esta, reunindo importantes entidades (nacionais e internacionais) ligadas ao meio ambiente, como o WWF-Brasil, Ecoporé, Fetagro – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia e Fórum das ONGs de Rondônia deve ser vista com bons olhos e prestigiada por segmentos representativos da sociedade e políticos.

Já deram primeiro passo neste sentido, a maior autoridade sobre o meio ambiente do País, presidente do Ibama, Hamilton Casara, presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia, Natanael Silva, prefeito de Porto Velho, Carlinhos Camurça e presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fima), Antonio Ocampo.

Só por aí se dar para ter uma idéia da importância do evento. Senão, vejamos: as matas ciliares e as reservas legais são essenciais para garantir o volume e qualidade da água, a estabilidade do clima e o equilíbrio ecológico. A campanha mostra que é possível explorar economicamente essas áreas sem destruir a floresta.

A destruição das matas ciliares na Amazônia teve início com a chegada de grandes levas de colonos de estados de outras regiões do País e a política de incentivos favorecendo a pecuária e as culturas de exportação, como o café e o cacau. A cobertura florestal da Amazônia continua diminuindo devido ao aumento das populações rurais e ao fato de esses colonos praticarem sistemas de produção que não são adaptados às condições locais de clima e solo. Muitas áreas colonizadas estão em franco processo de degradação. Quando a terra não produz mais a contento, o colono se desloca buscando novas áreas de floresta, onde reinicia o ciclo de derrubadas, queima e degradação. Nestas condições, o pequeno agricultor raramente consegue permanecer no mesmo local.

Se podemos explorar os recursos naturais sem destruir, então vamos aprender como!

Ricardo Callado
ricardocallado@bol.com.br

8

CLIPPING WWF
Publicação: Jornal da Fetagro
ANO IV Nº 047
Data: fevereiro 2001
Pág. capa
Caderno: —

Jornal da
FETAGRO
Filiada à CUT e CONTAG
Distribuição gratuita e direcionada
Editado pela Secretaria Geral e Organização da FETAGRO através da Assessoria de Imprensa
Site: www.fetagro.org.br
e-mail: fetagro@pcnet.com.br
Tel.: 0xx 69 421-5985
Informativo Mensal da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia - FETAGRO
Ano IV - Nº 047 fevereiro de 2001

Foto: Ediney de Souza

Campanha de valorização das reservas legais será lançada

A ***Campanha de Valorização das Reservas Legais e das Matas Ciliares*** será lançada oficialmente, no dia 9 de fevereiro, em Porto Velho, durante uma solenidade oficial promovida pelas entidades promotoras da campanha que são: FETAGRO, WWF Brasil, Ecoporé e Fórum das ONGs. Toda imprensa do estado foi convidada, e a meta é levar ao conhecimento público, a realização da campanha e seus objetivos.

O presidente da FETAGRO, Anselmo de Jesus Abreu, explicou que, o papel da imprensa será fundamental neste trabalho, para que os temas referentes à preservação ambiental cheguem ao conhecimento público. "Precisamos preservar os recursos naturais, para que a humanidade não venha sofrer as sérias consequências, como por exemplo, a redução da quantidade de água potável no Planeta, e a escassez de alimentos. Essa é uma tarefa de toda sociedade", salientou.

Para essa fase de divulgação da Campanha, foram confeccionadas: a cartilha com informações sobre como usar, sem destruir, as reservas legais e as matas ciliares; o folder explicativo sobre a campanha, chamando a sociedade para participar deste projeto; o vídeo documentário de 7 minutos e 36 segundos, ensinando como proteger as matas ciliares e as reservas legais; e o vídeo-tape de 30 segundos sobre a importância e o que são as matas ciliares e as reservas legais. Todo esse material será utilizado em veiculações na imprensa, e para distribuir durante palestras e outros eventos sobre o meio ambiente.

O objetivo da campanha é que as matas ciliares – aquelas que margeiam os rios, lagos e igarapés, e também, as reserva legais – aquelas reservas obrigatórias em áreas de cultivos. Em Rondônia, essas matas estão desaparecendo de uma forma rápida, desrespeitando as Leis vigentes. A campanha alerta que as consequências são desastrosas para o meio ambiente, afetando toda a sociedade, principalmente com a redução da água potável e a oferta de alimento no Planeta.

PAPEL É RECICLÁVEL. - NÃO JOGUE ESSE EXEMPLAR EM LOGRADOUROS PÚBLICOS.

JORNAL DA FETAGRO

Ano IV - Nº 047 fevereiro de 2001

Jornalista responsável : Solano Ferreira DRT-RO 611

Editado pela Secretaria Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO

Conheça o JORNAL DA FETAGRO ON LINE

Visitando nosso site www.fetagro.org.br

Campanha de preservação será lançada

A Campanha de Valorização das Reservas Legais e das Matas Ciliares será lançada oficialmente, no dia 9 de fevereiro, em Porto Velho, durante uma solenidade oficial promovida pelas entidades promotoras da campanha que são: FETAGRO, WWF Brasil, Ecoporé e Fórum das ONGs. Toda imprensa do estado foi convidada, e a meta é levar ao conhecimento público, a realização da campanha e seus objetivos.

O presidente da FETAGRO, Anselmo de Jesus Abreu, explicou que, o papel da imprensa será fundamental neste trabalho, para que os temas referentes à preservação ambiental cheguem ao conhecimento público. "Precisamos preservar os recursos naturais, para que a humanidade não venha sofrer as sérias consequências, como por exemplo, a redução da quantidade de água potável no Planeta, e a escassez de alimentos. Essa é uma tarefa de toda sociedade", salientou.

Para essa fase de divulgação da Campanha, foram confeccionadas: a cartilha com informações sobre como usar, sem destruir, as reservas legais e as matas ciliares; o folder explicativo sobre a campanha, chamando a sociedade para participar deste projeto; o vídeo documentário de 7 minutos e 36 segundos, ensinando como proteger as matas ciliares e as reservas legais; e o vídeo-tape de 30 segundos sobre a importância e o que são as matas ciliares e as reservas legais. Todo esse material será utilizado em veiculações na imprensa, e para distribuir durante palestras e outros eventos sobre o meio ambiente.

O objetivo da campanha é que as matas ciliares – aquelas que margeiam os rios, lagos e igarapés, e também, as reserva legais – aquelas reservas obrigatórias em áreas de cultivos. Em Rondônia, essas matas estão desaparecendo de uma forma rápida, desrespeitando as Leis vigentes. A campanha alerta que as consequências são desastrosas para o meio ambiente, afetando toda a sociedade, principalmente com a redução da água potável e a oferta de alimento no Planeta.

MARÇO

No dia 8 de Março, as mulheres iniciavam a Marcha das Margaridas, uma luta contra a desigualdade social, contra a violência às mulheres, e destacavam ainda, o combate à fome e à política do Governo FHC.

O Conselho Deliberativo da FETAGRO esteve reunido nos dias 15 e 16 de março, para discutir os projetos previstos para o ano, tendo surgido o **Projeto de Preservação das Matas Ciliares e das Reservas Legais, numa parceria com o WWF Brasil**, Ecoporé e Fórum da ONGs de Rondônia. Também, foi aprovado e renovado o Projeto Institucional III, uma parceria da OXFAM.

O Encontro Estadual de Política Agrícola aconteceu no dia 16, envolvendo todas instituições ligadas ao setor produtivo rural, onde foi discutido o nivelamento de informações. O secretário de Política Agrícola da FETAGRO, Carlinhos Dantas, cobrou melhor assistência técnica e promoveu discussão sobre as linhas de crédito para a agricultura familiar.

A companheira Euzilene Geronimo da Silva, do STR de Jarú, assume a Comissão de Jovens da FETAGRO, no lugar da companheira Janete Acco, que se desligou do cargo por motivos particulares.

JULHO

O Governo do Estado não avança com o desdobramento da pauta do Grito da Amazônia 2000. A FETAGRO ameaça fazer uma mobilização geral do MSTR e o Governo reinicia o andamento das deliberações tomadas em maio.

Lançada a primeira etapa da Campanha de Preservação das Matas Ciliares e das Reservas Legais.

Preocupada com a possível extinção do Banco da Amazônia (BASA), a FETAGRO mobiliza o MSTR para iniciar as discussões em torno da necessidade de manter o BASA , que no momento é o principal agente financiador da agricultura familiar na Região.

O presidente do STR de Buritis, Juvenato Pinto da Silva (Natinho), renuncia no dia 19, o cargo por causa das constantes ameaças de morte por parte dos fazendeiros. O novo presidente empossado foi o companheiro Delci Francisco Sales.

Inicia os trabalhos do PDLS/2000, e ainda em Julho, acontece a segunda reunião da Comissão de Mulheres.

AGOSTO

No dia 7, inicia a Marcha das Margaridas com um ato público na Praça da Catedral de Ji-Paraná, onde as companheiras plantaram um Ipê Roxo e deixaram o marco da Marcha, na praça. Ainda em Ji-Paraná, as participantes da Marcha fizeram um ato público na ponte sobre o rio Machado, onde jogaram flores nas águas. No dia 8 aconteceu um ato público em Cuiabá (MT), no dia 9 o ato aconteceu em Goiânia (GO), e no dia 10 as companheiras chegaram à Brasília onde aconteceu a grande concentração nacional da Marcha das Margaridas.

A FETAGRO lança na internet o site www.fetagro.org.br, um projeto coordenado pelo então secretário geral, Faustino José Linhares, com objetivo de ampliar os canais da comunicação da Federação com o Mundo. O projeto teve a parceria do **WWF Brasil.**

No período de 25 a 27, aconteceu em Brasília (DF), o Seminário Regional sobre Educação Rural no Norte. A FETAGRO foi representada pela companheira Alessandra da Costa Luna Santos, que apresentou um diagnóstico do programa em desenvolvimento em Rondônia. No encontro discutiu-se proposta para um modelo de educação rural.

Os jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais participaram no dia 26, em Jarú, do maior evento da categoria: o 3º Festival de Música e Poesia do Jovem Trabalhador Rural. O tema foi "Cantando os 500 anos da nossa história". Na categoria música, venceu a dupla Ezio e Rubens (Jarú). Na categoria poesia, venceu o companheiro Jocelino Gabriel (Cacoal).

BRASIL PRECISA DE UMA NOVA

ESTRATÉGIA PARA AMAZÔNIA

Brasília (Assessoria WWF) - Ao contestar o estudo sobre o desmatamento da Amazônia publicado na última edição da Science e divulgado pela imprensa, o Ministério de Ciência e Tecnologia apresentou um dado que o WWF-Brasil considera alarmante: segundo dados oficiais, até 2020 a Amazônia terá perdido 25% de sua cobertura nativa. Considerando que já são conhecidas as medidas capazes de alterar essa tendência de destruição da floresta que serve a indivíduos isolados agindo em interesse próprio e em prejuízo da nação, o WWF-Brasil propõe ao governo um programa de cinco pontos (ver abaixo) .
"O que o Brasil precisa é adotar uma nova estratégia integrada para a Amazônia, que contemple o desenvolvimento econômico e social sem destruir a natureza", diz Garo Batmanian, doutor em ecologia e secretário-geral do WWF-Brasil. Ele lembra o exemplo do Canadá, que está entre os países mais ricos e desenvolvidos do planeta mas não abre mão de suas florestas, cuja exploração de forma sustentável reverte em riqueza e melhor qualidade de vida de toda a sua população. Outro bom exemplo, dentro do Brasil, é o modelo que começou a ser implementado no estado do Acre, onde o atual governo optou por um modelo de desenvolvimento econômico baseado na sua vocação florestal. As pesquisas e a prática já demonstraram que a exploração sustentável da floresta na Amazônia é uma atividade mais rentável e que gera mais empregos do que outras que tem sido priorizadas pelo governo, como a agropecuária.
No entanto, o governo brasileiro tem tratado a questão da Amazônia de forma setorial, sem levar em conta o fator ambiental e sem utilizar a informação gerada por ele próprio. É o que acontece com seu programa "Avança Brasil", que ignora a definição de áreas prioritárias a serem conservadas em estudo coordenado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente.
O WWF sugere a adoção de um programa a ser implementado até o final da gestão dos atuais governantes (dezembro de 2002), contemplando os seguintes pontos:

1. Aprovação e implementação do Zoneamento Econômico-Ecológico em cada um dos Estados amazônicos. Assim como o crescimento das cidades deve ser disciplinado através de um plano diretor, a ocupação das terras públicas deve ser precedida de um planejamento que leve em conta os fatores ambientais, sociais e econômicos. Só assim é possível determinar que parte do território deve ser protegido com a criação de parques e reservas, que parte tem vocação agrícola, e assim por diante.

2. Cumprimento do compromisso público assumido em 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de proteger no mínimo 10% das florestas nativas na Amazônia. Isso implica na criação e implementação dos parques e reservas definidos de forma a garantir a representatividade de toda a biodiversidade do bioma.

3. Implementar o Programa Nacional de Florestas, incluindo a exigência da certificação conforme o FSC (o Conselho de Manejo Florestal) como requisito para a exploração das terras públicas. Os princípios e critérios do FSC garantem que as áreas serão manejadas de forma a satisfazer as necessidades ecológicas, empresariais e dos trabalhadores e povos da floresta.

4. Incluir, em seus planos, os mecanismos de financiamento, através dos bancos de desenvolvimento e outros agentes de fomento, que viabilizem o cumprimento das leis e regulamentos aprovados em todos os níveis de governo.

5. Ajustar as obras de infraestrutura do programa Avança Brasil aos planejamento já realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e ao Zoneamento Econômico-Ecológico.

CLIPPING WWF	Publicação: Jornal da FETAGRO		Ano IV nº 048
	Data: março de 2005	Pág. capa	Caderno: —

Campanha de Preservação será apresentada

Está previsto para o dia 22 de março, em Porto Velho, a apresentação para outras entidades, da Campanha de Preservação da Matas Ciliares e das Reservas Legais, promovida por WWF Brasil, Fetagro, Ecoporé, e Fórum das ONGs de Rondônia. A campanha visa orientar a sociedade em geral, com maior ênfase aos agricultores familiares, sobre a importância da preservação das florestas nativas, para melhor equilíbrio ambiental e manutenção das fontes de água potável na região.

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, é uma das autoridades convidadas para o workshop de lançamento da campanha. Foram convidados também, representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais que atuam diretamente na questão ambiental e agropecuária.

O tema da campanha será exposto por um técnico convidado pelas entidades promotoras, para que os convidados possam ter total conhecimento da importância da Campanha de Preservação das Matas Ciliares e das Reservas Legais. Os detalhes de execução da Campanha serão apresentados pelos coordenadores. A meta do workshop é a busca de novos parceiros para dar maior abrangência para a campanha.

O presidente da FETAGRO, Anselmo de Jesus Abreu disse que, durante o lançamento da campanha será elaborado um documento de compromisso de honra, para que todas entidades presentes possam também participar da campanha, assumindo seu papel dentro da parte

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone/Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE
JORNAL: A GAZETA - MT
DATA: 05 JUL 2001 | PÁG: 3 | CADERNO 2

SOS Florestas

É fato. A cada ano, aumenta a degradação da maior floresta tropical do mundo

Kelly Figueiras
Da Redação

"Tudo o que acontecer com a Terra acontecerá com os filhos da Terra". Foi o cacique americano chefe Seattle o dono de um dos protestos mais fortes, bonitos e sábios em defesa do meio ambiente. Esta frase é parte de um manifesto que se tornou um símbolo de resistência de um povo que lutou até o último instante para preservar o seu chão. E esse grito vem ecoando décadas a fio e ainda se faz ressoar aos ouvidos do homem moderno, que continua devastando, poluindo e acabando com o que lhe foi dado sem preço algum pela mãe-natureza.

Infelizmente, a maior parte dos homens não prestou atenção ao apelo do sábio índio feito ainda no século XIX. O resultado disso é que no próximo dia 17, Dia Internacional da Floresta, sobram dados da falta de zelo e preservação do meio ambiente.

O desmatamento da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia, não cai há quatro anos, segundo matéria publicada em maio passado no site da WWF-Brasil. A mesma matéria aponta um crescimento da área desmatada em 14,9% no período de 99 a 2000. Isso significa que em menos de 10 anos, se as médias de desmatamento continuarem as mesmas da última década, toda a floresta amazônica que está presente em nove estados do país se reduzirá a uma área equivalente a todo o território do Acre.

"A situação crítica da floresta amazônica inclui Mato Grosso, que é o estado que mais realiza queimadas em todo o país", avalia a professora do Instituto de Educação da UFMT, Michèle Sato, que é doutora em educação ambiental.

Para a professora, a educação ambiental é um dos caminhos para barrar o desmatamento e as demais agressões ao meio ambiente.

Junto ao lado cultural, a degradação ambiental também é causada pelo poder econômico, que pode ser sentido principalmente, com relação à madeireiras. "A visão do madeireiro é de que as florestas são infinitas. E o que interessa nesse caso não é preservar um importante patrimônio da humanidade, mas cortar árvores para se ganhar mais dinheiro", comenta Michèle.

"De forma geral, as pessoas têm opiniões favoráveis ao meio ambiente, acham importante preservá-lo. O problema é que esse achar importante não se transforma em uma ação concreta em defesa do meio ambiente", comenta.

De acordo Michele, dois fatores principais estão ligados à degradação do meio ambiente. O primeiro deles é a herança cultural.

Junto ao lado cultural, a degradação ambiental também é causada pelo poder econômico, que pode ser sentido principalmente com relação à madeireiras. "A visão do madeireiro é de que as florestas são infinitas. E o que interessa nesse caso não é preservar um importante patrimônio da humanidade, mas cortar árvores para se ganhar mais dinheiro", comenta Michèle.

Exemplificando a questão cultural a partir de um universo mais restrito, a professora fala de sua experiência em uma comunidade no Pantanal. Realizo um trabalho com uma comunidade em Mimoso. Lá, para suprir a fata de coleta de lixo, as pessoas têm o hábito de queimá-lo, provocando grandes queimadas".

Além disso, a herança cultural está presente também em pequenos hábitos da população, como jogar lixo na rua e consumir papéis e materiais plásticos em excesso. "Somente no meu trabalho são gastos cerca de 500 copos plásticos por dia. Tudo isso estará se transformando em lixo. É importantíssimo diminuir o consumo dessa sociedade", preocupa-se

A produção de lixo (e conseqüente poluição ambiental) também poderia ser reduzida se as pessoas aprendessem a a reutilizar a matéria. Um exemplo disso é usar o verso do papel escrito para fazer rascunhos. Além de evitar lixo em excesso, esta atitude contribui para reduzir o corte de árvores nas florestas.

14

CLIPPING WWF
Publicação: Folha do Cerrado Ano 3 Nº 3
Data: abril / junho 2001
Pág. 12
Caderno: —

O Cerrado no Código Florestal

Em 24 de maio último, ambientalistas brasileiros tiveram um confronto com a bancada ruralista na Comissão Mista do Congresso Nacional. O Instituto Sócio Ambiental, WWF, Greenpeace, Esquadrão da Vida, Rede Cerrado, Funatura, Centro Acadêmico de Biologia da UnB e Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno compareceram a atos públicos e discussão da Medida Provisória 2080-62, em reunião no auditório Nereu Ramos, do Senado Federal. O Código Florestal, em vigência desde 1965, vem sendo discutido desde que foi aprovado. Ele obriga a existência de reserva legal em todas as propriedades rurais, além de área de preservação permanente.

A MP que altera o Código Florestal traz uma discussão que se arrasta no tempo com seguidos adiamentos de votação, mas os termos propostos pelo relator, deputado Moacir Micheletto, do PMDB-PR, com apoio da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, não têm tido negociação fácil. O presidente da Comissão Mista, Jonas Pinheiro, do PFL-MT, afirma a necessidade de promover mais consultas públicas com o que acabou concordando Micheletto, que por sua vez quer apresentar seu texto ao Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, antes de sua votação, novamente protelada e sem data prevista. Os ambientalistas querem adiar mais ainda a votação do parecer de Micheletto, sobretudo após o impasse provocado pela CNA, que propôs manter a preservação de 80% da floresta na Amazônia Legal e 35% do cerrado da região, tendo como contrapartida a redução de área das reservas legais das pequenas propriedades que hoje são de 80%, para 50%. As entidades integrantes do SOS Florestas pretendem analisar a sugestão.

A maior preocupação das organizações ligadas ao cerrado é com as zonas de transição, onde ocorre o cerrado e a floresta amazônica. "Fora da Amazônia Legal há muito tempo é de 20% a área de reserva legal, mas áreas importantes podem ser destruídas se tudo for considerado simplesmente Cerrado e não da Amazônia", afirma a coordenadora de Políticas Públicas do ISA, Adriana Ramos. Como exemplo, ela cita áreas importantes no norte mato-grossense, onde há crescimento significativo da agricultura mecanizada e intensiva. Outra discussão importante para Adriana é a de usar o zoneamento agroecológico, obrigatório em todo o País, para definir áreas de reserva legal nas propriedades com aptidão agrícola.

"A riqueza do Cerrado, ainda desconhecida em grandes áreas, pode ser medida pela diversidade de sua fauna e flora e pela situação de presença humana que ela sofre. No estudo Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal, realizado com a participação do MMA, Funatura, Conservation International, Fundação Biodiversitas e Universidade de Brasília constatou-se que apenas 1/3 de sua área não foi afetada pela ação humana. Essas áreas estão localizadas nas divisas entre Piauí, Maranhão e Bahia; entre Tocantins, Mato Grosso e Goiás; entre Tocantins, Goiás e Bahia e no Pantanal, justamente onde projetos agrícolas avan-

CLIPPING WWF
Publicação: Folha do Cerrado
Ano 1 Nº 3
Data: abril/junho 2001
Pág. 13
Caderno: —

çam", observa César Vitor do Espírito Santo, da Funatura. Para César, o Cerrado, que vem tradicionalmente sofrendo degradação pela atividade agroindustrial, também se ressente da falta de proteção legal na comparação com outros ecossistemas. Mesmo dentro do Código ele é vítima, uma espécie de primo pobre dos ecossistemas, apesar do seu tamanho e de sua importância.

Como resultado importante da última reunião, tanto Adriana quanto André Lima, assessor jurídico do ISA, consideram importante "ter terminado o jogo com empate", isto é, sem progressos para o meio ambiente, mas também sem retrocessos. "Havia muita gente, tanto do público quanto dos componentes da mesa, que pediam adiamento." André também ressalta a presença dos componentes da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que reunia pequenos produtores e quebrava o discurso dos deputados que se dizem seus representantes.

"Nós não queremos congelar as florestas", frisa André, "embora só nos saibam acusar disso. Queremos colaborar com o desenvolvimento. Mas é bom sempre lembrarmos que o que estamos discutindo não é uma lei agrícola, é uma lei ambiental", finaliza.

IOSXONNHIR BRITO

Esquadrão da Vida anima chegada das ONGs e da Rede Cerrado em reunião sobre o Código Florestal

16

CLIPPING WWF
Publicação: Jornal Meio Ambiente
Data: maio 2001
Pág. 3
Caderno: —

Jornal do Meio Ambiente

CAMPANHA SOS FLORESTAS - EM DEFESA DO CÓDIGO FLORESTAL

Campanha em defesa do Código Florestal reúne 244 entidades

A Campanha SOS Florestas - Em defesa do Código Florestal obteve, até 11 de maio, a adesão de 244 organizações não-governamentais de quase todos os Estados brasileiros, para defender as florestas e o Cerrado de possíveis mudanças no atual Código Florestal, que podem ampliar o desmatamento no país. Estas mudanças, em discussão no Congresso Nacional, podem beneficiar apenas grandes proprietários rurais, afetando as áreas de reserva legal e de preservação permanente, protegidas por esta lei, em detrimento do bem estar de populações urbanas e rurais e da biodiversidade.

Esta aliança entre organizações não-governamentais tem como inspiração a defesa do conteúdo da Medida Provisória nº 2.080-61, atualmente em vigor, cujo texto foi amplamente discutido com os diversos segmentos organizados da sociedade brasileira no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) entre os meses de janeiro e março de 2000, e que foi adotado pelo Executivo federal em maio do ano passado. Por ter sido debatido em cerca de 25 fóruns em todas as regiões brasileiras, este texto propiciou o atendimento de muitas das reivindicações do setor rural, criando mecanismos compensatórios para proprietários que não cumpriram a lei ao longo dos anos e a possibilidade de recuperação de áreas ilegalmente degradadas com prazos e condições generosas, entre outros benefícios.

No final de março, a comissão parlamentar mista formada para transformar a medida provisória na nova lei florestal do país anunciou a retomada de seus trabalhos, com três audiências públicas marcadas para Rio Branco (AC), dia 19 de abril; Ji-Paraná (RO), dia 20 de abril, e em Toledo (PR), dia 27 de abril. Desde sua formação, em 1999, a comissão apresenta problemas de representatividade: 10 dos 14 parlamentares titulares estão vinculados ao setor rural em seus estados, o que impede que se realize, no âmbito da comissão, uma negociação equilibrada, em que os interesses mais amplos da sociedade brasileira sejam contemplados.

Para as audiências, o relator da comissão mista, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) preparou um novo texto, que servirá de referência para as discussões. Seu objetivo é levar à votação uma nova proposta na comissão mista no próximo dia 30 de maio. Uma análise desta proposta feita pelo Instituto Socioambiental (ISA) revela a repetição de muitos problemas apresentados nos textos anteriores da comissão, que trariam impactos negativos sobretudo às áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais em todos os biomas brasileiros.

A proposta do deputado prevê a possibilidade de remoção da vegetação nas APPs para a instalação de empreendimentos econômicos e obras de infra-estrutura; a redução para um terço da cobertura vegetal em torno de reservatórios de água para abastecimento público e sua eliminação em pequenos reservatórios, com óbvias consequências negativas sobre a qualidade e a quantidade de água para abastecimento humano. A recente proposta afeta também os mangues, ao autorizar a instalação de fazendas de criação de camarão (carcinocultura) em substituição a este ecossistema.

Para a reserva legal, o texto mais recente do relator permite a substituição de mata nativa por plantações industriais com espécies exóticas, debilitando as funções ecológicas próprias destas áreas. Sua proposta anistia pequenos proprietários da recuperação da reserva legal, o que trará impactos relevantes sobre a Mata Atlântica - o mais ameaçado bioma do país - já que em estados como Paraná e Santa Catarina as pequenas propriedades representam cerca de 50% da área rural.

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, já vislumbra uma brecha na queda-de-braço entre ruralistas e ambientalistas que pode levar a um grande entendimento sobre as mudanças no Código Florestal. Segundo ele, os dois lados aceitariam reduzir de 80% para 50% o tamanho da reserva legal em pequenas propriedades na Amazônia. O ministro também adianta que irá trabalhar para adiar em mais três meses a votação do projeto de conversão da MP que modifica o código.

Um de seus maiores problemas é a falta de diretrizes para o zoneamento ecológico-econômico (ZEE), um instrumento de gestão e planejamento do território nacional que, com a reforma do Código Florestal, adquire papel fundamental na definição das áreas a serem destinadas a atividades econômicas e proteção ambiental. Ou seja, dependendo de quais critérios forem adotados, poderá ser favorecida a expansão de atividades econômicas degradadoras sobre áreas importantes para a conservação.

ONGs da Campanha SOS Florestas - Fase/ Fórum das ONGs Ambientalistas do DF/ Funatura/ Fundação Vitória Amazônia/ Greenpeace/ Inesc/ Ipam/ ISA/ Rede Mata Atlântica/ WWF-Brasil

Segunda-feira, 07 de maio de 2001

ciência e meio ambiente AGÊNCIA ESTADO

notícias :::

Ambientalistas lançam site para defender Código Florestal

São Paulo - Um grupo de 59 organizações não-governamentais, que promove a Campanha SOS Florestas, lança amanhã um site com informações sobre a campanha contra a proposta divulgada pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) de alterações no Código Florestal e para que os internautas possam enviar mensagens de protestos a parlamentares e ao governo federal.

A votação do projeto de conversão da Medida Provisória 2.080-62, de autoria Micheletto, relator da comissão especial que analisa as mudanças no Código Florestal, está prevista para o dia 30. A minuta, que está causando polêmica, introduz várias alterações na MP em vigor - defendida pelos ambientalistas. Entre elas, a permissão do desmatamento de até 80% de floresta, em Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, caso esses Estados não concluam o Zoneamento Ecológico-Econômico três anos após aprovação das mudanças no Código.

O site da campanha é www.codigoflorestal.com.br. Entre as entidades coordenadoras do movimento estão Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, Conservation International, Greenpeace, Instituto Socioambiental, Rede Mata Atlântica e WWF-Brasil.

Maura Campanili

◀ índice de notícias ▶

imprimir enviar comentário fotos do dia

busca ok

arquivo

ciência

a conquista da lua

cientistas brasileiros

semeadores do conhecimento

plantas medicinais

viagem ao mundo do caos

meio ambiente

rio demene

ecossistemas em declínio

maraú

mata atlântica

pantanal

matriz energética

18

De: Regina Vasquez
Para: Jorge Elias Fecuri
Data: 23/05/01 10:56
Assunto: para o clipping - cita wwf

GAZETA MERCANTIL (Amazonas) - 16/05/01 - editoria: Ambiente

Ambientalistas exigem medidas do governo
Os novos números sobre o desmatamento na Amazônia brasileira, divulgados segunda-feira pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), provoca reação dos ambientalistas que querem a adoção de medidas por parte do governo federal para mudar o quadro atual. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a taxa média do desflorestamento bruto para o 1999/2000 foi de 13,9% na região. O Inpe divulgou, ainda, a estimativa para o biênio 2000/2001, baseada em projeção linear de dados amostrais derivados do satélite TM-Landsat correspondentes a 1999, que apontam um crescimento de 14,9%, o equivalente a 19.836 quilômetros quadrados de área desmatada no período.
Para o Greenpeace, os esforços do governo federal não têm sido capazes de deter o desmatamento. O coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, acredita que este número seja bem maior, uma vez que satélite TM-Landsat, utilizado pelo Inpe, não consegue captar o desmatamento em áreas menores que 6,4 hectares. "Isto deixa de fora o impacto representado por milhões de posseiros. Os dados do Inpe também não incluem o desmate seletivo resultante da atuação de milhares de madeireiros que operam na Amazônia", diz.
Paulo Adário está propondo ao governo brasileiro a criação de um programa nacional de combate ao desmatamento com o objetivo de reduzí-lo a zero até 2010.
Para o ambientalista, falta uma ação integrada do governo federal no sentido de promover atividades econômicas na região que preservem a floresta. "De nada adiantam ações de fiscalização por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e boas intenções do Ministério do Meio Ambiente se, por outro lado, persistem planos de expansão agropecuária na floresta com apoio governamental", avalia.
O coordenador da WWF-Brasil, Garo Batmanian, observa que o desmatamento da Amazônia não cai há quatro anos e os últimos dados liberados pelo Inpe apontam um nível elevado e insustentável a longo prazo. "Se forem mantidas as médias anuais de desmatamento, em menos de 10 anos a Amazônia perderá uma área de floresta equivalente a todo o Estado do Acre", adverte.
Segundo ele, só haverá redução na taxa de desflorestamento quando for adotada uma política integrada para a Amazônia, que inclua um novo modelo de ocupação e exploração do território baseado no aproveitamento da floresta, não na sua destruição. "Não adianta o Ministério do Meio Ambiente tentar coibir o desmatamento de um lado enquanto os outros Ministérios investem em projjetos que desmatam".
Ele informa, que a prática já demonstrou que a exploração sustentável da floresta amazônica é uma atividade mais rentável e que gera mais empregos do que outras que tem sido priorizadas pelo governo, como a agropecuária.
Os dois ambientalistas afirmam que uma medida urgente para deter o desmatamento é a aprovação pelo Congresso da proposta de reforma do Código Florestal elaborada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), prevista para ir a votação no dia 30 de maio.

Estados

Na Amazônia Ocidental Rondônia foi o único Estado onde a taxa de desmatamento aumentou, segundo o Inpe, de 1,23% para 1,44%. Amazonas e Roraima mantiveram-se estáveis em 0,05% e 0,14%, respectivamente. No Acre houve uma queda de 0,40% para 0,33%. O diretor do Núcleo de Sensoriamento Remoto e Climatologia da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) de Rondônia, Antônio de Melo Lisboa, disse que o Estado tem tomado todas as providências para conter o desmatamento e que os índices estão caindo.
Lisboa informou, que os números do Núcleo estão defasados para contrapor os índices divulgados pelo Inpe. "Mas, esta semana, iniciamos um levantamento em todo Estado, nas escala 1:100, para conhecermos a real situação do desflorestamento em Rondônia", diz.
Segundo ele, desde 1999 nenhuma exploração madeireira em Rondônia acontece sem a apresentação de um plano de manejo. As ações para conter ainda mais a exploração predatória, será reforçada com a

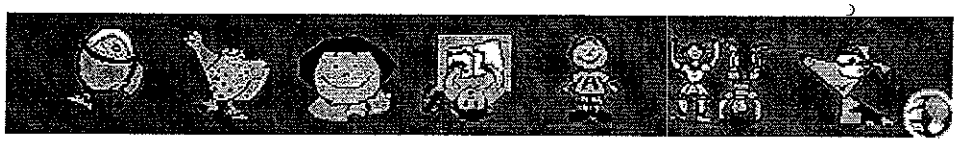
implantação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planfloro), que tem como um de seus maiores desafios assegurar um desenvolvimento sustentável para o Estado, possibilitando a conservação da biodiversidade de Rondônia.
A implantação de Unidades de Conservação (UCs) de Uso Direto e Indireto, assim como as atividades ligadas ao fortalecimento das Terras Indígenas e suas populações, são componentes estratégicos do Plano, segundo Lisboa.
O presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Estevão Monteiro de Paula, atribui a manutenção dos baixos índices de desmatamento no Amazonas às ações desenvolvidas pelo governo estadual para evitar a pressão madeireira e agropecuária nos recursos naturais do Estado. Contudo, observa, essa posição privilegiada não deixa o Amazonas em uma situação confortável. "A pressão aumenta dia-a-dia e não podemos relaxar nas ações", diz.
A principal ação para evitar o uso indiscriminado dos recursos naturais do Amazonas é o Programa de Gestão Ambiental Integrada (Pai), implantado nas áreas de maior pressão: regiões Nordeste (bacia do rio Utumã) e Sudeste (vale do rio Madeira), que compreendem os municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Itacoatiara e Presidente Figueiredo, que estão suscetíveis a degradação ambiental em função da hidrovia do rio Madeira, terminal graneleiro, avanço da frente agrícola vinda do Acre e rodovia BR-174.

Márcia Valéria
mvaléria@gazetamercantil.com.br

CC: LuizCarlos Pinage; Ulisses Lacava

Sexta-feira, 18 de maio de 2001

ciência e meio ambiente AGÊNCIA ESTADO



notícias :::

Mudança no Código Florestal gera protestos

Brasília - A proposta de alteração do Código Florestal defendida no projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) que permite, em alguns casos, elevar em até 80% o desmatamento na Amazônia, começa a receber protestos de pessoas de várias partes do mundo.

A ação contra o projeto de Micheletto, que tem votação prevista para o dia 30, está sendo feita por meio da internet em uma mensagem com assinaturas de pessoas de vários países, como Espanha, Argentina, Venezuela, Canadá e Estados Unidos.

A mensagem diz que o Congresso brasileiro está prestes a votar um projeto de conversão do Código Florestal que, se aprovado, reduzirá a floresta amazônica à metade do seu tamanho.

Segundo o texto, a área que poderá ser desmatada corresponderia a quatro vezes o tamanho de Portugal e seria usada principalmente como área agrícola e de pastagens.

Micheletto propõe no texto a redução de 80% para 50% do tamanho da área de reserva legal em pequenas propriedades da Amazônia. A proposta em discussão no Congresso altera a Medida Provisória que elevou os porcentuais da reserva a 80% e tem enfrentado resistência de entidades ambientalistas, entre as quais o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Greenpeace.

As entidades também lançaram a campanha SOS Floresta, para pressionar os deputados contra a aprovação do projeto de conversão do deputado.

Os parlamentares que discutem as mudanças do código estão recebendo mensagens de protestos por e-mail.

O texto de Micheletto prevê ainda o chamado Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Pela proposta, dependendo do que indicar o ZEE, os índices fixados na lei para a reserva legal de propriedades situadas na Amazônia podem variar.

O ZEE deve indicar as áreas passíveis de uso econômico, rural ou urbano e de conservação ambiental, de acordo com a vocação do local. Mas, como o projeto não detalha as regras sobre a forma de como isso deve ser feito, os ambientalistas temem que o zoneamento sirva a interesses dos donos de terra

busca

arquivo

ciência

a conquista da lua

cientistas brasileiros

semeadores do conhecimento

plantas medicinais

viagem ao mundo do caos

meio ambiente

rio demene

ecossistemas em declínio

maraú

mata atlântica

pantanal

matriz energética

21

ambientalistas temem que o zoneamento sirva a interesses dos donos de terra e madeireiros, em vez de refletir um planejamento ordenado de uso do território.

Chico Araújo

◀ índice de notícias ▶

RadioEldorado.com.br AM

links relacionados

▸ Sem acordo sobre Código Florestal

fotos do dia
imprimir
enviar
comentário

CLASSIFICADOS estadao.com.br

vende-se tudo

Copyright © 2001 Agência Estado. Todos os direitos reservados.

22

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE
JORNAL: CORREIO BRAZILIENSE
DATA: 19 MAI 2001 | PAG: 23 | CADERNO: BRASIL

CÓDIGO FLORESTAL

Projeto que permite a ampliação do desmatamento na Amazônia tem repercussão negativa no exterior. O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Greenpeace lançaram a campanha SOS Floresta, para tentar convencer os parlamentares

Estrangeiros pressionam o Congresso

Da Agência Estado

A proposta de alteração do Código Florestal defendida no projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) e que permite, em alguns casos, elevar até 80% o desmatamento na Amazônia, começa a receber protestos de pessoas de várias partes do mundo. A ação contra o projeto de Micheletto, que tem votação prevista para o dia 30, está sendo feito por meio da Internet em uma mensagem com assinaturas de pessoas de várias países, como a Espanha, Argentina, Venezuela, Canadá e Estados Unidos.

A mensagem diz que o Congresso brasileiro está prestes a votar um projeto de conversão do Código Florestal que, se aprovado, reduzirá a Floresta Amazônica à metade do seu tamanho. Segundo o texto, a área que poderá ser desmatada corresponderia a quatro vezes o tamanho de Portugal e seria usada principalmente como área agrícola e de pastagens.

Micheletto propõe no texto a redução de 80% para 50% o tamanho da área reserva legal em pequenas propriedades da Amazônia. A proposta em discussão no Congresso altera a medida provisória que elevou os percentuais da reserva a 80% e tem enfrentado resistência de entidades ambientalistas, entre as quais o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Greenpeace. As entidades também lançaram a campanha SOS Floresta, para pressionar os deputados contra a aprovação do projeto de conversão do deputado.

Os parlamentares que discutem as mudanças do código estão recebendo mensagens de protestos por *e-mail*. O texto de Micheletto prevê ainda o chamado Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Pela proposta, dependendo do que indicar o ZEE, os índices fixados na lei para a reserva legal de propriedades situadas na Amazônia podem variar.

O ZEE deve indicar as áreas passíveis de uso econômico, rural ou urbano e de conservação ambiental, de acordo com a vocação do local. Mas, como o projeto não detalha as regras sobre a forma de como isso deve ser feito, os ambientalistas temem que o zoneamento sirva a interesses dos donos de terra e madeireiros, em vez de refletir um planejamento ordenado de uso do território.

LOTES

PRESO MAIS UM POR GRILAGEM

Grilagem de terras rendeu mais uma prisão no DF. Agentes da Delegacia do Meio Ambiente (Dema) prenderam Wanderley de Moura Bezerra, quinta-feira, por estar vendendo lotes de forma irregular. Ele oferecia 340 lotes na Chácara Mariana, no Setor de Chácaras do P Norte, em Ceilândia. O empreendimento era denominado de Condomínio Rural Residencial San Marino. Depois de autuado, Wanderley foi levado para a carceragem do Comando de Polícia Especializada (CPE).

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone-Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE
JORNAL: O ESTADO DE S. PAULO
DATA: 19 ABR 2001 | PAG: 9 | CADERNO A

Projeto permite mais devastação na região amazônica

A nova versão do projeto de lei do Código Florestal, apresentada esta semana pelo relator Moacir Micheletto (PMDB-PR), poderá elevar para 80% a devastação de florestas na Amazônia. O alerta sobre o possível aumento do corte de árvores, em razão de um artigo do projeto, foi feito por um grupo de dez entidades ambientalistas. A votação do projeto pela Câmara está prevista para 5 de maio. Pág. A9

do Código Florestal ONGs alertam para perigo

Nova versão do texto permite maior desmatamento na Amazônia

CHICO ARAÚJO

BRASÍLIA – A nova versão do anteprojeto de lei do Código Florestal, resentada na segunda-feira lo relator Moacir Micheletto MDB-PR), poderá elevar pa-30% a devastação de florestas Amazônia. A proposta do de-tado prevê, após três anos da ovação da lei, que os Estados ainda não tenham feito o Zo-mento Ecológico Econômi-ZEE) poderão fixar a área eserva legal das proprieda-em apenas 20%.

alerta sobre o possível au-nto da devastação foi feito on-, em Brasília, por um grupo lez entidades ambientalistas tre elas o Greenpeace e o do Mundial para a Nature-WWF) –, que lançaram uma panha nacional para impe-aprovação do anteprojeto licheletto, cuja votação na ara está prevista para 5 de . A proposta modifica a Me-Provisória 2.080/61, que es-n vigor e foi da pelo go-o com base ugestões de ientalistas ao Conse-Nacional do Ambiente ama). A le-ão atual estabelece a taxa de reserva legal em 80% para áreas da Amazônia, 35% para o cerrado e 20% para as demais regiões. A reserva legal corresponde à parcela de uma propriedade que deve ser mantida sob proteção ambiental permanente.

Em maio do ano passado, Micheletto e a bancada ruralista aproveitaram-se de um momento de distração da base governista – durante a votação do salário mínimo – para aprovar o projeto em uma comissão mista do Congresso. O texto reduzia de 80% para 50% a área de reserva legal na Amazônia. A medida teve repercussão negativa imediata dentro e fora do País, provocando protestos entre a população. Para impedir a votação do projeto, o governo reeditou a MP do Código Florestal, mantendo assim as determinações do Conama, preferidas pelo Palácio do Planalto e pelos ambientalistas.

De acordo com Micheletto, a regulamentação da reserva legal em propriedades rurais nos moldes previstos em seu anteprojeto não implicaria aumento da devastação da Amazônia. O deputado argumenta que mais de 80% da região já está devidamente protegida.

Audiências – A minuta apresentada por Micheletto servirá de base para discussão em três audiências públicas, marcadas para debater a conversão em lei da medida provisória que vem substituindo o Código Florestal. As audiências serão amanhã, em Rio Branco; dia 20, em Ji-Paraná (RO), e dia 27, em Toledo (PR). Para os ambientalistas, os locais escolhidos para as audiências – bases da bancada ruralista no Congresso – são motivo de preocupação.

"Se o projeto de Micheletto for aprovado, vai ser um 'liberou geral' para a devastação das florestas", afirma o diretor do Greenpeace Délcio Rodrigues. Segundo ele, as entidades ambientalistas iniciaram a campanha para garantir a manutenção do texto da MP em vigor. Rodrigues disse que os ambientalistas farão uma série de manifestações, entre elas uma campanha na Internet, para impedir a aprovação da proposta defendida por Micheletto. No ano passado, "passeata eletrônica" organizada pelas ONGs congestionou os computadores do Senado.

Além da redução das áreas de reserva legal, os ambientalistas também não aceitam a destruição de florestas das Áreas de Proteção Permanente (APPs) para instalação de empreendimentos econômicos e obras de infra-estrutura, como propõe Micheletto em seu anteprojeto.

De acordo com o advogado André Lima, do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), a proposta atingirá também os mangues, uma vez que o texto prevê a instalação de fazendas de criação de camarões (carcinocultura) nesses ambientes. **(Colaborou Maura Campanili)**

DEPUTADO DIZ QUE REGIÃO ESTÁ PROTEGIDA

24

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE

JORNAL: ISTO É
DATA: 23 MAI 2001 | PAG: 34/35 | CADERNO

BEST AVAILABLE COPY

MEIO AMBIENTE

ALIANÇA VERDE

BEST AVAILABLE COPY

EDUARDO HOLLANDA

Eles são adversários quase o tempo todo. Mas o aparecimento de um inimigo comum fez com que o governo, através do Ministério do Meio Ambiente, e centenas de organizações não-governamentais (ONGs) da área ambiental formassem uma poderosa aliança para impedir que o Código Florestal brasileiro seja mudado, como pretende o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Relator do projeto de conversão da Medida Provisória 2.080 (Código Florestal), o deputado paranaense pretende ampliar de 20% para 50% a área de desmatamento (corte raso) da Floresta Amazônica. Integrante da bancada ruralista, Micheletto pretende beneficiar pecuaristas e agricultores, que ganhariam uma espécie de carta branca para devastar mais. Esta será a segunda batalha envolvendo o Código Florestal. No ano passado, Micheletto conseguiu aprovar na comissão mista, dominada pelos ruralistas, um texto no qual diminuía de 80% para 50% a área de reserva legal a ser preservada. A pressão das ONGs, do governo e da sociedade conseguiu que o texto aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) fosse transformado em nova medida provisória no final do ano, deixando encalhado o projeto dos ruralistas.

Micheletto voltou à carga este ano. Fez algumas mudanças no projeto, introduziu uma espécie de prêmio financeiro a quem mantivesse intocada a mata da reserva legal e defendeu a realização de zoneamento ecológico para os Estados da Amazônia. Mas manteve as motosserras de prontidão, ao estabelecer que, enquanto o zoneamento não fosse feito, a área passível de ser totalmente desmatada seria a metade de cada propriedade. "A Amazônia tem nada menos que 162 mil km² de área desmatada que foi transformada em pasto e hoje está abandonada. É o equivalente ao Ceará e Alagoas juntos e suficiente para a expansão da agricultura e da pecuária, sem que mais áreas da floresta sejam destruídas", alerta o diretor do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) no Brasil, Garo Batmanian. O WWF, juntamente com o Instituto Socioambiental (ISA) e o Greenpeace, forma a linha de frente da coordenação das ONGs. Até quarta-feira 16, nada menos que 252 organizações não-governamentais já faziam parte da aliança em defesa da Amazônia. Um aspecto destacado pelos ambientalistas é que a obrigatoriedade de manter-se 80% da floresta como reserva legal não significa que a mata ficará intocada. O que não se pode fazer é o corte raso, para transformação em pastagens ou plantações de soja. O manejo florestal, em que o corte de árvores selecionadas é feito em uma área por ano, e a extração da borracha ou de frutos silvestres são até estimuladas pelo governo e pelas ONGs.

Recorde – A guerra contra a mudança do Código Florestal ganhou reforço na segunda-feira 14, quando a secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Alegretti, anunciou os dados do levantamento anual feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com base em fotos tiradas por satélites. Pela projeção do Inpe, o desmatamento em 2000 chegou a 19.832 km², crescimento de 14,9% em relação ao ano anterior. Em 1999, o aumento foi de 13,9% em relação a 1998. Desde 1988, quando o Inpe iniciou seu levantamento anual, a área desmatada só superou a projeção do ano passado em outras duas ocasiões: em 1988, quando foram derrubados 21.130 km2 e em 1995, quando o boom econômico do Plano Real levou à devastação de 29.059 km² de florestas. Assustado, em 1996 o governo mudou o Código Florestal e estabeleceu em 20% da área verde o limite máximo de desmatamento permitido. É esta proporção que o projeto dos ruralistas tenta mudar. No acumulado até 2000, a área totalmente devastada chega a 589.101 km², o que corresponde a 14,4% dos 4,1 milhões de km² de floresta original. Três Estados – Pará, Mato Grosso e Rondônia – responderam por 83% do desmatamento. A situação é particularmente grave em 43 municípios desses Estados, onde qualquer autorização para derrubar árvores só será dada depois de provado que as terras devastadas foram utilizadas. O controle será feito mensalmente por intermédio de fotos de satélite.

"Já esperávamos algum acréscimo por causa do aumento da demanda e do crescimento econômico, mas esses 15% são um perigoso indicativo de que o governo ainda não está conseguindo controlar o desmatamento", afirma Flávio Montiel, coordenador

BEST AVAILABLE COPY

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE

JORNAL: ISTO É
DATA: 23 MAI 2001 | PAG: 36 | CADERNO

político do Greenpeace. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, fala no mesmo tom dos ambientalistas mais combativos. "Os dados do Inpe mostram que não podemos baixar a guarda e o Código Florestal tem que ficar como está", diz o ministro. Na verdade, a aliança do governo com as ONGs parece ser o começo de uma parceria mais longa. Um dos problemas detectados pelo Inpe em 1999, e que se repetiu em 2000, foi o aumento das clareiras em pequenas propriedades. Segundo o Inpe, nada menos que 54% da área desmatada nos últimos dois anos ocorreu em propriedades com menos de 100 hectares.

O Ministério do Meio Ambiente trava ainda duas batalhas internas contra adversários poderosos. Com o Ministério do Planejamento, a luta é para que se façam estudos de impacto ambiental das obras previstas no Avança Brasil. "Quando o asfalto chega, a tendência é aumentar os desmatamentos. O Acre está conseguindo reverter isso ao destinar a área ao longo das rodovias apenas para atividades tradicionais da mata", explica Mary Alegretti. A outra briga de Zequinha Sarney, dessa vez contra o Ministério da Fazenda, diz respeito ao financiamento. Em vez de dar dinheiro para a agricultura e a pecuária, os bancos oficiais passariam a financiar projetos de manejo sustentado da floresta, ajudando a preservá-la. "A saída é mostrar a todos que a floresta é mais produtiva em pé, e não virando pastagens que, poucos anos depois, são abandonadas", afirma o carioca Fernando Gabeira, solitário representante do Partido Verde no Congresso. ■

APOCALIPSE AGORA

Entre os ambientalistas brasileiros circula uma blague segundo a qual a Amazônia resistirá intacta ao governo FHC por um único motivo: os projetos desenvolvimentistas previstos para a região não devem deixar o papel tão cedo. Caso contrário, se fossem tocadas adiante as obras incluídas no programa Avança Brasil, em 20 anos estaria praticamente extinto o tapete verde que cobre nove Estados do País. Essa foi a conclusão de um estudo publicado em janeiro deste ano pela revista científica americana *Science*, que foi duramente criticado – e desmentido – pelos assessores do presidente Fernando Henrique.

Um dos autores da pesquisa, o americano William Laurance, que tem residência fixa em Manaus, apontava vários cenários para a destruição da mata. Laurance levou em conta uma taxa média de devastação anual ao redor dos dois milhões de hectares. Em qualquer dos cenários analisados, o resultado era igualmente devastador. Nos últimos três anos de governo FHC, a ação da motosserra destruiu mais de 1,7 milhão de hectares de mato por ano. Em 2000, a situação se agravou e o índice chegou a 1,98 milhão de hectares. Ou seja, se o ritmo da devastação promovido pelo avanço do plantio de grãos, da ação das madeireiras, da criação de gado e dos assentamentos agrários continuar exatamente como está hoje, o destino da Amazônia é trágico.

Como se fosse possível piorar o quadro, em tempos de racionamento, o ministro do Apagão, Pedro Parente, já sinalizou que a construção de usinas para gerar energia é prioridade máxima e, portanto, seus impactos sobre o meio ambiente agora ganham importância secundária. Na semana passada, depois da divulgação dos números apocalípticos sobre a Amazônia, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) traçou o roteiro da catástrofe: caso sejam mantidas as médias anuais de desmatamento, em menos de dez anos uma área de floresta equivalente ao Estado do Acre vai virar cinzas. Aos brasileiros, resta torcer pelo adiamento eterno da construção da estrada BR-319, em Porto Velho, e da hidrovia Araguaia-Tocantins, para ficar em dois exemplos apenas.

Darlene Mencon

BEST AVAILABLE COPY

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE
JORNAL: JORNAL DA TARDE - SP
DATA: 23 MAI 2001 | PAG. 03 | CADERNO A

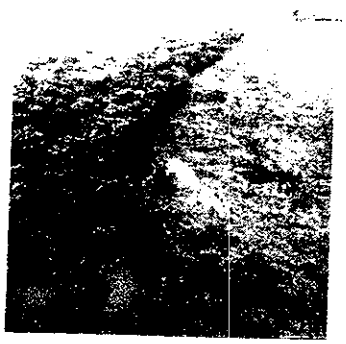
A Amazônia vai sumindo...

Os últimos dados sobre o continuado processo de desmatamento da área da Amazônia Legal brasileira, levantados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), são estarrecedores: entre agosto de 1999 e agosto de 2000, em comparação com idêntico período anterior, o ritmo de devastação florestal na região cresceu 15%. Com isso, já passou dos 582 mil quilômetros quadrados, uma área superior à do Estado da Bahia, o território amazônico total dizimado pelo homem.

Se a eliminação da Floresta Amazônica continuar ocorrendo na média anual da última década, adverte o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), em menos de dez anos a Amazônia perderá outra área de mata nativa equivalente ao Estado do Acre.

Se olharmos a situação sob o ponto de vista da "utilidade" da floresta preservada para a economia brasileira, de seu uso para gerar riquezas para o Brasil sem agredir e degradar definitivamente o meio ambiente, a tragédia ambiental que está em pleno andamento é muito maior do que a pintada pelos números frios do Inpe. Acontece que a devastação registrada se desenvolve quase toda nas áreas da "Amazônia seca", pois na "Amazônia molhada" a penetração é difícil quando não impossível, o corte de árvores é complicado e sua retirada para comercialização, inviável.

Arquivo AE



O ritmo de destruição da Amazônia subiu 15% em 12 meses, quadro que se agravará se o Código Florestal for alterado como querem ruralistas e madeireiras

É a Amazônia economicamente útil, onde é possível desenvolver projetos de turismo ecológico e de caça e pesca esportivas, única forma mundialmente testada de preservar intactas as áreas florestais e, ao mesmo tempo, gerar empregos para os nativos e divisas para o Brasil, é a "borda seca" da Selva Amazônica. Portanto, o grau de desflorestamento da parte da Amazônia que interessa de fato é infinitamente superior ao que é admitido pelos órgãos oficiais brasileiros e pelas entidades ambientais nacionais e estrangeiras. Desse modo, em poucas dezenas de anos só restará um santuário, impossível de ser explorado economicamente, ainda que de forma sustentada, obedecendo-se a todos os preceitos ambientais.

O mais assustador de tudo é que o ritmo da destruição esteja crescendo mesmo diante da vigilância interna e do exterior, cada vez mais ativa, e sob a égide de um novo Código Florestal, que conta com o apoio dos ambientalistas. Imaginem o que vai ocorrer se esse código for alterado, como propõem madeireiras e ruralistas num projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), a ser votado provavelmente ainda este mês, que abre brechas para que até 80% da Floresta Amazônica possa ser cortada, contra os 20% da lei atual.

Ambientalistas repudiam substitutivo do Código Florestal

Campinas - Os ambientalistas reagiram fortemente ao novo texto de projeto de Lei (PL) para o Código Florestal, apresentado nesta quarta feira, no Congresso Nacional, pelo deputado Moacir Michelletto (PMDB-PR). Em uma detalhada análise do substitutivo, discutida por representantes do Instituto Sócio Ambiental (ISA), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Greenpeace e outros, foram identificados diversos mecanismos de flexibilização do percentual a ser desmatado em propriedades rurais, na Amazônia.

A grande controvérsia entre o texto apresentado e o texto aprovado pela Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) parece se restringir ao percentual de desmatamento autorizado, que passaria de 65 para 80% nas área de cerrado, pelo novo texto, e ficaria nos 80% atuais, nas áreas de floresta amazônica. Mas, segundo André Lima, advogado ambiental do Instituto Sócio Ambiental (ISA), a proposta de flexibilização vai bem além destes percentuais.

O novo texto não estabelece limite máximo para o desmatamento eventualmente flexibilizado pelo zoneamento econômico ecológico, por exemplo. Isso autorizaria, em tese, a supressão total da vegetação nativa, nas áreas consideradas de aptidão agrícola pelo zoneamento.

O PL ainda soma as Áreas de Preservação Permanente (APPs) com as Reservas Legais, para efeito de cálculo do percentual de desmatamento autorizado. Atualmente as áreas são computadas separadamente, porque as APPs cumprem uma função de proteção dos recursos hídricos e contra a erosão, enquanto as reservas legais protegem a biodiversidade.

As florestas plantadas ou exóticas, para Michelletto, poderiam ser computadas como Reserva Legal, embora as florestas homogêneas não cumpram a função de preservação da biodiversidade, nem na

Brasília, terça-feira, 4 de setembro de 2001.

01/09/01 - 11:36 - Ambientalistas promovem campanha ao vivo e pela internet, apoiando o Código Florestal

As cerca de 300 organizações ambientalistas que participam da coalização em defesa do Código Florestal estão mobilizando militantes, simpatizantes e estudantes, para enviar mensagens pela internet e comparecer ao Congresso na próxima terça-feira (4), quando a comissão mista pretende aprovar o relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). A campanha SOS Florestas já registrou milhares de emails enviados aos parlamentares e às autoridades do Executivo, defendendo o Código Florestal em sua versão atual, definida na medida provisória que foi negociada entre o governo e a sociedade organizada no ano passado. Além disso, os ambientalistas estão se mobilizando para comparecer à sessão da comissão mista do Congresso que pretende votar o relatório Micheletto a partir das 14h na sala 3 da Ala Alexandre Costa, do Senado Federal. Antes disso, às sete horas da manhã, haverá uma manifestação diante do Congresso Nacional, chamando a atenção da opinião pública para as consequências da aprovação da proposta dos ruralistas, reduzindo os percentuais de reserva legal dentro das propriedades privadas e com isso autorizando a destruição ainda mais acelerada das matas, tanto na Amazônia quanto no cerrado, na mata atlântica e demais biomas do país. (Para mais detalhes e participação, inclusive envio de mensagens aos parlamentares e autoridades do Executivo, entre nos sites <http://www.sosflorestas.com.br>, <http://www.ambiente.org.br> ou <http://www.viaecologica.com.br>. Você pode também comparecer à reunião do Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Entorno, segunda-feira,dia 2, a partir de 18h30, no SCLN 107 Bloco B sala 212, telefax 61-347-7984 e email forum@ambiente.org.br).

Imprimir | Fechar | Envia para alguém

29

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone-Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE

JORNAL: O LIBERAL - PA
DATA: 02 SET 2001 | PAG: 11 | CADERNO Cidade

mitir que temos mais de dez usinas hidrelétricas, hidrovias, rodovias e ferrovias paralisadas por causa de ações ambientais. Meu Deus do Céu, a gente precisa dar um basta nisso! Agora, o que temos de fazer? Minha proposta é levar ao Congresso Nacional um relatório moderno e atualizado que possa equilibrar esses dois lados. Há pouco tempo um velhinho aqui de Taguatinga tirou uma casca de árvore para fazer um chá, e foi para a cadeia. Por outro lado, algumas redes de televisão deram dez minutos para um vídeo do nascimento de um mico-leão dourado. Dava até a impressão que desceu Jesus Cristo! Temos de conviver com a floresta e o meio ambiente, mas também temos de olhar o ser humano. O ser humano está acima da floresta e de qualquer outro interesse. E nós temos um País que tem 30 milhões de famintos! A China e a Índia daqui a 30 anos vão importar o que o Brasil produz hoje. Não quero dizer com isso que sou um relator eminentemente ruralista. Claro que eu prezo a ocupação do nosso solo, mas sei que o Brasil é um país continental e podemos produzir sem degradar o meio ambiente.

Depois de três anos como relator, o senhor cumulou uma vasta experiência que inclui pressões de todos os tipos. Na sua carreira de legislador essa foi a experiência mais marcante? Valeu a pena?

Valeu a pena conhecer o Brasil. Eu percorri o País, deixei minha família, meus filhos, fui agredido pela Imprensa nacional e internacional e incompreendido pelos dois setores, mas tenho a consciência tranqüila de que estava fazendo a coisa certa. Eu estou fazendo certo. O Parlamento vai dizer se meu relatório tem consistência ambiental, produtiva e jurídica. É preciso que os ambientalistas entendam que precisamos fazer desse Brasil um país forte, mas sem devastar. O problema da poluição no mundo não é a Amazônia quem faz. São os países ricos que poluem o mundo. Se querem de fato que a Amazônia seja intocável, que nos paguem por isso. Porque assim poderemos atender os 20 milhões de habitantes que moram na Amazônia, que precisam de feijão, arroz, escola, saúde. Não dá mais para olharmos o Brasil pelo retrovisor. Temos de olhar para a frente. Tenho a consciência tranqüila e o dever cumprido. Minha única preocupação durante esse tempo era: como meus filhos reagiriam. Tenho uma esposa e três filhos. Eles me deram todo o apoio e sabiam que eu estava fazendo uma proposta que não era enganosa nem para o meio ambiente e nem para o setor produtivo. Entenderam que estou tentando fazer um serviço para o Brasil.

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone-Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE
JORNAL: O LIBERAL - PA
DATA: 02 SET 2001 | PAG: 11 | CADERNO: Cidade

Sob a ira de ambientalistas e ruralistas

O relator da medida provisória (MP) que altera o Código Florestal, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), conseguiu desagradar a gregos e troianos. Massacrado pelos ambientalistas, que rejeitavam seu relatório por diversas razões (a mais evidente delas a manutenção da reserva legal nos percentuais estabelecidos pela jurássica legislação atual, o Código Florestal), ele agora também atrai a ira dos ruralistas, ao anunciar que vai apresentar um substitutivo em que promove uma reviravolta de 180 graus no que havia proposto até então para a reserva legal: vai sugerir que o percentual seja de 80%, igual ao disposto na medida provisória.

Depois de três anos no posto de relator da MP, Micheletto está cansado de ser vidraça. Seu discurso de hoje é todo permeado de apelos à união entre ruralistas e ambientalistas. Sobre as mudanças em seu substitutivo, ele afirma que não cedeu a pressões e que seu objetivo é "acabar com a farra dos percentuais".

A idéia do relator é que os percentuais de manutenção das matas nativas na Amazônia e no cerrado só subsistam até a entrada em funcionamento do Zoneamento Econômico-Ecológico. Em entrevista à jornalista Sônia Zaghetto, Micheletto afirma que, da forma como está hoje, a medida provisória é mera cópia do relatório do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e não expressa o sentimento da sociedade brasileira. Também se assume como "ruralista com muita honra", mas ressalvando que não pretende apresentar um projeto que expresse apenas os desejos dos ruralistas. Por fim, interessado em afastar de vez a imagem de vilão ambiental, garante: "Eu tenho consciência ecológica. Não mato nem um passarinho!"

Como está hoje a sua proposta para o Código Florestal?

Estou discutindo o artigo 16º, que é o mais polêmico, aquele que trata do bioma da Amazônia como um todo. Lá eu proponho manter o que está hoje na medida provisória: 80% de reserva legal e 20% para as atividades agropecuárias. Por que isso? Porque eu coloco isso até ficar pronto o zoneamento econômico-ecológico. E os Estados é que vão fazer o seu zoneamento, discutido inclusive com a sociedade, tentando fazer com que esse instrumento acabe com a farra dos percentuais. Não é justo, por exemplo, que venha um ecologista e diga que tem de ficar 80%, como não é justo que um ruralista queira derrubar tudo. O que vem fazer o zoneamento? É um instrumento, repito, que vem moralizar a farra dos percentuais. É isso que o Brasil precisa. Vem gente me perguntar: mas quantos anos leva? Temos o Estado de Rondônia, que está com seu Zoneamento pronto, o Acre está fazendo, o do Tocantins está quase pronto... O que estamos querendo é que o governo tenha essa sensibilidade. Inclusive estamos colocando, no Orçamento Geral da União, dinheiro para que os Estados façam o seu zoneamento para que esse instrumento possa direcionar toda a política ambiental no País e a política agropecuária em qualquer bioma, tanto do cerrado, do pantanal ou da floresta amazônica.

O senhor tocou em um ponto sensível: o Zoneamento Econômico Ecológico. Desde que assumiu a relatoria o senhor vem insistindo nessa tecla, mas o ZEE há décadas vem sendo tratado como algo que todo mundo deseja mas ninguém faz na prática. O que falta para que o ZEE saia do papel?

◆ A primeira coisa é aprovar a lei. Segundo é o governo ter essa sensibilidade, essa responsabilidade, para que o Brasil não sirva de manchete para o mundo inteiro: que está destruindo a Amazônia, a sua floresta, degradando o solo. Não somos nós...

O senhor acha o governo insensível nesse aspecto?

Está sensível a ponto que deseja que aprovemos esse relatório. Quero fazer aqui um apelo a ambientalistas e ruralistas. Vamos parar de briga e tentar nos unir. Eu apresento uma solução, que é o Zoneamento Econômico-Ecológico. É o bom-senso. Não existe outra saída para isso. Porque, claro, quando você mexe com a terra, é aquela coisa: os ambientalistas têm aquilo no sangue e os ruralistas não. Então são duas coisas que se chocam. Mas temos de avançar, já estamos no século 21 e temos um Código Florestal atrasado, temos um Ibama que precisa ser instrumentalizado, precisamos ter políticas regionais baseadas no Zoneamento para que não façamos as coisas no grito, sem parâmetros técnicos e científicos. Eu proponho uma saída para o Brasil, quero levar uma lei para os brasileiros. Meu relatório está entregue nas mãos do Parlamento brasileiro, que vai decidir se meu relatório é bom ou ruim. Não pode ser pressionado nem por um lado e nem pelo outro. Eu trago para a mesa de discussão essas duas correntes que são antagônicas, mas avançamos bastante: te-

Campanha SOS Florestas

A Campanha SOS Florestas reúne de 287 organizações da sociedade civil, de todas as regiões do país, incluindo entidades de classe e do movimento social. A campanha surgiu para defender o conteúdo da atual medida provisória que modifica o Código Florestal e, ao mesmo tempo, mobilizar a sociedade brasileira contra os objetivos dos ruralistas de, através de seus representantes no Congresso Nacional, transformar uma das mais importantes leis de proteção ambiental do país em uma lei de incentivo à expansão agrícola sobre áreas naturais.

Márcia Valaria
mvaleria@gazetamercantil.com.br
De Manaus

Gazeta Mercantil – Amazonas 05/09/01

Ambiente

Votação do Código Florestal é adiada

Foi adiada por 24 horas a votação da Medida Provisória (MP) que altera o Código Florestal que seria apreciada ontem na Comissão Mista do Congresso Nacional, criada pra examinar a MP. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), presidente da Comissão, concedeu pedido de vista coletiva para o relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Tanto o governo quanto a bancada de oposição anunciaram posição contrária ao relatório, que aumenta de 20% para 80% a área de vegetação nativa passível de desmatamento em propriedades rurais localizadas na Amazônia.
A mobilização da Campanha SOS Floresta na frente do Congresso Nacional ontem à tarde, fez com que o governo federal pedisse adiamento da votação. Na manifestação, um bolo com o formato da Amazônia Legal, de 30 quilos, 1,5 metro de diâmetro e coberto com glacê verde, foi fatiado com uma motosserra empunhada por um grupo de militantes vestidos de ruralistas. De acordo com o coordenador de Comunicação da Campanha SOS Floresta, Marcos Gonçalves, a encenação simbolizou o "banquete" amazônico que o setor rural fará caso o projeto da comissão mista seja aprovado e se torne a nova lei florestal do país. O bolo antecipou a comemoração do Dia da Amazônia, celebrado hoje.
Gonçalves afirma que o projeto assinado pelo deputado Moacir Micheletto promove várias mudanças no Código Florestal (Lei nº 4.771/65), debilitando a proteção das florestas e demais formas de vegetação nativa existentes em propriedades rurais. Além disso, incentiva o desmatamento nas chamadas áreas de preservação permanente (APPs) – margens de rios, lagos e nascentes, encostas e topos de morros. "O texto pode ser aprovado sem dificuldades hoje pela comissão mista, já que 13 de seus 16 parlamentares pertencem à bancada ruralista", avalia. Para virar lei, no entanto, o texto terá que ser votado ainda no plenário do Congresso Nacional, em data a ser marcada, e passar pela sanção do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.
Desde o ano de 2000, uma comissão mista de deputados e senadores analisa o Código Florestal Brasileiro, que passa por uma revisão no Congresso Nacional. Em maio daquele ano, após pressão popular, foi retirado de votação o relatório do deputado Micheletto. Atualmente, vigora sobre a questão uma medida provisória editada pelo presidente, que é resultado de uma ampla discussão nacional realizada em diferentes estados pela sociedade civil, organizações não-governamentais e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e que mantém os atuais percentuais, de 50 % para a Amazônia.
Gonçalves explica que além de reduzir "substancialmente" a exigência de proteção à vegetação nativa nas propriedades, o projeto permite também que novos desmatamentos sejam feitos em propriedades que tenham áreas degradadas abandonadas. "Isso contraria o disposto na medida provisória do Código Florestal em vigor, que proíbe novos desmatamentos em imóveis com áreas já desmatadas e improdutivas. Hoje, segundo o Ministério do Meio Ambiente, existem 165 mil quilômetros quadrados de áreas degradadas sem utilização econômica na Amazônia Legal. Ao invés de incentivar a recuperação e o uso econômico destas áreas, a proposta dos ruralistas simplesmente estimula a conversão de novas florestas em áreas agrícolas e pastos", afirma.

Terça-feira, 04 de setembro de 2001 - 08h12

ciência e meio ambiente

Ambientalistas protestam contra código florestal

Brasília - Ambientalistas de 12 entidades iniciaram esta manhã um protesto em frente ao Congresso Nacional, contra a votação do novo Código Florestal, previsto para hoje, às 14 horas, em comissão mista. Cerca de 25 pessoas participam do ato, cortando com uma serra elétrica um enorme bolo, com a palavra Amazonas. Os ambientalistas afirmam que o novo código foi elaborado pela bancada ruralista do Congresso, e traz prejuízos como a redução do tamanho da reserva legal das propriedades de 80% para 20%.

Outros prejuízos apontados pelos ambientalistas são a concessão de um bônus para os proprietários que desmatarem as reservas e replantarem com qualquer tipo de espécie vegetal e ainda a possibilidade de um bônus anual, no valor de 70% do preço da terra para arrendamento, para que seja utilizada com finalidade agrícola. Os manifestantes pretendem fazer panfletagem em frente ao Congresso e acompanhar a votação do código, hoje à tarde.

Rosana de Cassia

◀ mais notícias ▶

imprimir enviar comentário fotos

Copyright © 2001 Agência Estado. Todos os direitos reservados.

34

MP, que é resultado da ampla discussão com a sociedade, é muito mais apropriada", concluiu.

Assessoria de Comunicação Social do MMA Tel.: (0xx61) 317-1227

De: "Dilma Fernandes Duarte" <dilma.duarte@mma.gov.br>
Data: 05/09/01 07:54
Assunto: Votação do Código Florestal

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Notícia do MMA

Data:04/09/2001

Presidente do Congresso garante a Sarney Filho
que Código Florestal não será votado amanhã

Agência Meio Ambiente (04.09) - O presidente interino do Congresso, deputado Efraim Morais (PFL-PB), garantiu hoje ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que a Medida Provisória que altera o Código Florestal não deverá ser votada na sessão conjunta do Congresso, prevista para amanhã, às 9h. Acompanhado de um grupo de representantes de entidades ambientalistas, Sarney Filho pediu ao deputado Efraim Morais o adiamento da votação da MP do Código Florestal, por entender que a matéria precisa ser melhor discutida.

A posição do governo é contrária à do deputado Moacyr Michelleto (PMDB-PR),relator da MP na Comissão Mista que trata do assunto, e que propõe alterações consideradas danosas ao meio ambiente. "O governo defende a Medida Provisória que resultou de uma ampla discussão com a sociedade sob a coordenação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)", disse o ministro.

Entre outros itens, o substitutivo do deputado Michelleto propõe a redução da área da reserva legal no Cerrado amazônico de 35% para 20% e permite o desmatamento na Amazônia Legal em até 80% da área de cada propriedade. Para que a matéria fosse votada amanhã, seria necessário uma modificação na pauta, que deveria ter ocorrido com 24 horas de antecedência. A inclusão dessa matéria não foi acertada na reunião do Colégio de Líderes, na semana passada.

Para Sarney Filho, o debate sobre o Código Florestal precisa ter a participação de toda a sociedade porque representa um importante passo em relação ao futuro da maior floresta tropical do mundo. "Nossa floresta tem um banco genético de valor incalculável", destacou Sarney Filho. "A proposta do deputado Michelleto tem vários aspectos contrários à proposta do Conama e não corresponde ao que desejamos. Entendemos que a

BOOKMARK

ecologia em notícias WWW.RIOSVIVOS.ORG.BR

Edição 281 - 06/09/2001
Uma produção semanal Ecoa - Ecologia e Ação
Faça seu pedido para receber este boletim por correio eletrônico

Nesta Edição

CÓDIGO FLORESTAL
- Comissão Mista aprova texto ruralista
- FHC ameaça vetar Código Florestal
- Mesmo com aprovação ruralista Amazônia fica com 80% de reserva legal
- Oposição quer derrubar decisão de Comissão Mista
- Cerrado novamente vira moeda de troca

GERAL
- Hidrovia Paraguai-Paraná terá investimentos de 60 milhões de dólares
- Brasil tem 100 milhões de vasos sanitários vilões da economia
- Substituir sanitários pode dar ao Brasil economia mensal de 225 mil MW
- GEF reprograma projeto de 6 milhões de dólares na Bacia do Alto Paraguai
- MT é campeão de queimadas desde 92
- Indígena Terena representa liderança feminina em Washington
- Justiça paralisa EIA-RIMA de hidrelétrica de Belo Monte
- Assassino de Federicci confessa crime
- Continua cadastramento de projetos da Mata Atlântica
- Produtores do Cairns contra OMC

ECOS
- Reserva da Biosfera do Pantanal e Ceca serão discutidos dia 11
- ONGs e a comunicação via internet

- Confira os eventos na **Agenda Ambiental**
- Em **Dicas**, abra o olho para produtos contaminados com transgênicos e visite um site sobre queimadas
- Nas **Curiosidades**, verdades e mentiras sobre alimentos transgênicos
- Em **Ooops!**, corrija um erro da edição passada

CÓDIGO FLORESTAL

Comissão Mista aprova texto ruralista

O governo conseguiu atrapalhar os planos dos ruralistas de aprovar em plenário do Congresso o projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (do PMDB do Paraná) que permite elevar os desmatamentos na Amazônia. O texto foi aprovado ontem pela comissão mista do congresso, composta em sua maioria, de parlamentares ligados ao setor produtivo. Foram 13 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. Entretanto, um acordo firmado entre as partes prevê que qualquer proposta de revisão do Código Florestal só seguirá ao plenário se houver consenso entre governo e representantes da comissão que a partir de agora integrarão um novo grupo de trabalho. Para assessores do governo, porém, esse entendimento dificilmente ocorreria até terça-feira, quando deverá ser aprovada emenda constitucional limitando a edição de medidas provisórias. Essa emenda prevê que as MPs hoje em vigor serão consideradas válidas até que o Executivo a retire ou o Congresso a derrube. Com isso, a atual MP que mudou o Código Florestal é que teria validade, dispensando votação do projeto de Micheletto em plenário. "O perigo passou", disse o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Atualmente o Código Florestal determina que 50 por cento de toda a mata brasileira configuram reserva legal, ou seja, devem ser preservados. No entanto, desde 1996, uma Medida Provisória, que hoje está em sua sexagésima sétima edição, aumentou essa

motivos de sobra para não aceitar a proposta defendida pelos ruralistas. Além disso, os ruralistas dizem que a reserva legal engessa a produção. Isso não é verdade, pois o produtor pode explorar a reserva legal, explorar madeira ou frutos da floresta de forma sustentável, por exemplo". **Garo Batmanian, secretário-geral do WWF-Brasil**

"Esse substitutivo que está sendo apresentado não representa a opinião dos demais setores da sociedade. Procura subordinar a Política Nacional de Meio Ambiente e a proteção das áreas naturais, que devem ser preservadas, aos interesses muito particularistas (sic) das propriedades dos fazendeiros. Acho que a Política Nacional de Meio Ambiente não pode se subordinar a isso". ***Gerson Almeida, presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, Anamma.***

"Todas as espécies ameaçadas, que venho estudando nos últimos anos, dependem, para sua sobrevivência, de um mosaico de floresta em reserva públicas, ligadas por matas ciliares às reservas legais de propriedades privadas. Eliminar as reservas legais significa condenar à extinção praticamente todas as espécies ameaçadas de nosso pais. E cada espécie, que extinguimos pela ação do homem, é mais um passo na direção do suicídio evolutivo de nossa própria espécie." ***Cláudio Valladares Pádua, professor da Universidade de Brasília, UnB, e diretor científico do Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPÊ.***

Notícias

» "Os ruralistas exageraram na dose"

» Presidente do Ibama critica discurso ruralista

» Ministério acha Código Florestal falho

» Político favorável ao desmatamento é rejeitado

» Veto ao Código Florestal surpreende ruralistas

» Adiada votação do Código Florestal

» Governo busca acordo sobre Código Florestal

» Ambientalistas protestam contra código florestal

» Chefes de florestas repudiam mudança no código

» Ambientalistas farão lobby contra texto de Micheletto

» ONGs manifestam apoio a Sarney Filho

» Ambientalistas repudiam substitutivo do Código Florestal

» Novo Código Florestal amplia chance de desmatar Amazônia

Claudio Langone, Secretario de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

"O grande conflito não está no percentual de desmatamento autorizado ou no tamanho da reserva legal. O conflito está no modelo de desenvolvimento desejado para a Amazônia: eles querem o modelo tradicional, centrado na agricultura, e nós queremos um modelo sustentável, que considere os serviços ambientais prestados pela floresta em pé, que considere a exploração racional dos produtos florestais, que incorpore os valores discutidos durante a Rio-92. Nós estamos pensando no Brasil, eles estão pensando na fazenda deles, uma vez que todos os parlamentares que tem se manifestado a favor do projeto Micheletto são grandes proprietários ou madeireiros". **José Sarney Filho, ministro do Meio Ambiente.**

"Os colonizadores da Amazônia estão querendo decidir o futuro da região". **Airton Faleiros, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag.**

"O processo se iniciou de forma equivocada, quando o governo realizou uma modificação no Código Florestal por medida provisória. Isso permitiu aos setores conservadores do Congresso Nacional tomarem carona na MP e promoverem retrocessos nesta matéria. Portanto, neste momento, a sociedade civil deve dirigir sua pressão em direção ao governo federal e aos partidos políticos, além dos deputados em termos individuais, no sentido de garantir a integridade do Código Florestal, com os aperfeiçoamentos propostos pelo CONAMA. O que está em jogo, além do patrimônio florestal brasileiro, é a imagem do país diante da comunidade internacional, à medida em que a proposta da bancada ruralista compromete seriamente a biodiversidade brasileira e aumentará as emissões brasileiras de gases de efeito-estufa, confrontando as convenções internacionais assinadas na Rio 92." **Fábio Feldmann, advogado e administrador de empresas, deputado federal entre 1986-1998, ex-secretário de estado do meio ambiente de São Paulo.**

"Ao buscar argumentos para defender a diminuição das restrições ao desmatamento, os ruralistas cometem dois erros: insistem na tese de que o aumento da produção agrícola depende da abertura de novas áreas para o cultivo e de que os brasileiros ainda acreditam nisso. Os dados oficiais, do IBGE, demonstram que há milhares de hectares, já desmatados, que estão completamente abandonadas na Amazônia e outras regiões do país. Não há como refutar, que os problemas de nossa agricultura não são as poucas áreas de florestas que nos sobram, mas sim a baixa produtividade agrícola, o desperdício, a falta de assistência técnica e a insuficiência de créditos. A sociedade sabe disso e já se manifestou a respeito em pesquisa de opinião (http://www.socioambiental.org/website/pcodfor/index.htm), realizada pelo Instituto Vox Populi, em maio de 2000. Derrubar florestas não leva a nada, a não ser ao aumento da degradação ambiental e social, à perda da fertilidade do solo, à erosão de nossa diversidade biológica e à diminuição da qualidade e quantidade de água potável. Só lucram os garimpeiros de madeira que, impossibilitados de virem às claras defenderem seus interesses, transformaram os deputados e senadores da bancada ruralista em seus mais ativos defensores." **João Paulo Capobianco, biólogo e coordenador do Instituto Socioambiental, ISA.**

"A proposta apresentada na Câmara pelo deputado Micheletto é uma licença para acabar com a reserva legal, ou seja, para desmatar mais. No entanto, há dez anos o Brasil vem batendo recordes de produção de grãos sem aumentar a área plantada, existem 162.000 hectares de áreas degradadas abandonadas na Amazônia e estamos presenciando níveis alarmantes de queimadas na área de expansão da fronteira agrícola na região. Ou seja, a sociedade brasileira tem

14/09/01

Código Florestal

a guerra do

Código Florestal

Moreira Mendes(**PFL-RO**)
Amir Lando (**PMDB-RO**)
Lúdio Coelho (**PSDB-MS**)
Leomar Quintanilha(**PPB-TO**)
Arlindo Porto(**PTB-MG**)
Marluce Pinto(**PMDB-RR**)
Ricarte de Freitas(**PSDB-MT**)
Sérgio Barros(**PSDB-AC**)
Silas Brasileiro(**PMDB-MG**)
Moacir Micheletto(**PMDB-PR**)
Kátia Abreu(**PFL-TO**)
João Tota(**PPB-AC**)
Márcio Bittar(**PMDB-AC**)

Jonas Pinheiro (**PFL-MT**)

Marina Silva(**PT-AC**)
Fernando Gabeira(**PT-RJ**)

Como votaram os congressistas, na Comissão Mista do Senado e Câmara dos Deputados, o projeto do novo Código Florestal.

Opiniões de especialistas

"A aprovação da proposta do deputado Micheletto será um desastre para o Brasil. A última reunião do Conama, realizada em 30 de agosto, mostrou que a Confederação Nacional da Agricultura encontra-se isolada neste processo. A maior parte do conselho votou contra a proposta do deputado. A própria Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura tornou público que tem divergências com a CNA, pois há outros setores produtivos que não concordam com o projeto de lei".

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE

JORNAL: O ESTADO DE S. PAULO

DATA: 1 9 SET 2001 | PAG: 11 | CADERNO A

AMBIENTE

Solo entra na negociação do Código Florestal

Líder do governo quer fixar em 18 meses a elaboração do zoneamento ecológico

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), quer fixar em um ano e meio o prazo de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o estudo técnico-científico que definirá a vocação do solo em todo o País. Com essa proposta, Virgílio acredita negociar mais facilmente um texto de consenso entre ruralistas e ambientalistas para a revisão do Código Florestal. A Campanha SOS Floresta iniciou ontem mobilização para impedir a votação em plenário da proposta de alteração do código, do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

O texto de Micheletto foi aprovado dia 5 na comissão mista do Congresso, composta em sua maioria por representantes do setor produtivo. O governo é contra o texto de Micheletto e tem como principais aliados os ambientalistas e os partidos de oposição, que defendem o teor da medida provisória do Código Florestal editada depois de debate no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Mensageiro do governo, Arthur Virgílio não conseguiu impedir a votação da proposta de Micheletto na comissão, mas uniu as partes em torno de um acordo pelo qual o texto a ser encaminhado a plenário deve ser fruto de negociação.

Em um novo encontro com representantes do governo, ambientalistas e parlamentares representantes do setor produtivo, Arthur Virgílio pretendia consultar ontem os técnicos dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário sobre a possibilidade de fixar o prazo para a elaboração do ZEE. "Todos concordam com a necessidade do ZEE, que vai nos dizer exatamente o que pode ser feito em determinada área", argumenta Virgílio.

Além de discutir o ZEE, Virgílio tentaria levantar pontos passíveis de negociação, a partir da avaliação dos textos de Micheletto e da MP. "Queremos chegar a pontos de convergência", avisou, antes de iniciar a reunião. "A intenção é buscar um acordo desarmado, que resulte em uma proposta boa para o País."

Pesquisa – Os participantes da reunião com o líder do governo receberão da Campanha SOS Floresta cópia de uma pesquisa de opinião, em que as pessoas ouvidas defendem a proteção ao meio ambiente e às florestas.

A organização está pedindo ainda o apoio dos internautas para lotar os e-mails do Palácio do Planalto, dos ministérios e dos líderes de partidos no Congresso com uma carta destinada ao presidente Fernando Henrique Cardoso. A manifestação pode ser feita no endereço www.sosflorestas.com.br.

A carta diz que a proposta de Micheletto é prejudicial à Nação "pois incentiva o aumento nas taxas de desmatamento na Amazônia Legal e ameaça os mananciais, podendo comprometer o abastecimento de água e geração de energia elétrica".

CAMPANHA PEDE E-MAILS PARA O PRESIDENTE

ONG brasileira certificará uso de áreas florestais

Selo reconhece manejo adequado dos recursos naturais em todas as fases da produção

LIANA JOHN

Uma nova ONG foi criada oficialmente ontem, em Brasília, para cuidar da certificação de florestas e de produtos florestais no Brasil: o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal. Ligada ao Conselho de Manejo Florestal (ou, em inglês, Forest Stewardship Council, FSC), a entidade tem origem num grupo de trabalho coordenado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

Atualmente, existem no Brasil 870.511 hectares de florestas certificadas e mais de 100 produtos com selo FSC. Isso significa que essas florestas estão sendo exploradas de forma mais racional, com redução de desperdícios e cuidados para assegurar a reposição natural ou induzida das espécies exploradas. Também significa melhores relações trabalhistas e mais segurança para quem trabalha na floresta. Os produtos certificados podem alcançar preços maiores e quem os comercializa pode se valer do marketing verde.

A certificação é feita por área de floresta a ser explorada, e não por empresa ou propriedade. Para usar o selo FSC em um produto, é preciso fazer a certificação desde sua extração, na floresta, até o local de venda ao consumidor final.

Clipagem dia 07/06

A Gazeta – Acre

Opinião

O Acre está certo

* Marcos Afonso

Nem tudo é só crise no Congresso Nacional.
Enquanto na semana passada as renúncias dos senadores Arruda e ACM foram os fatos políticos mais importantes no Senado, nesta semana a Câmara dos Deputados conseguiu propiciar uma agenda proativa, de boa notícia ao país, e especialmente ao nosso Acre e à Amazônia.
Ontem, quarta-feira, as comissões do Meio Ambiente e da Amazônia efetuaram audiência pública conjunta para o lançamento da pesquisa "Desenvolvimento e Conservação do Meio Ambiente", rea-lizada pelo WWF na região amazônica, e prestigiada por vários deputados da República da Alemanha.
Os resultados qualitativos e quantitativos da pesquisa apresentam uma paulatina adesão dos amazônidas ao paradigma da sustentabilidade.
Até mesmo setores produtivos, geralmente antagônicos, se unificam naquilo que é mais importante, substancial, para a região: o desenvolvimento equilibrado, que ofereça espaço para ações econômicas compatíveis à nossa realidade.
Claro que há choques muito visíveis, até porque não está configurada ainda uma atmosfera razoavelmente estável para acordos globais entre pensamento "produtivista" e "ambientalista" (embora essa seja uma nomenclatura reducionista, pois na nossa opinião as duas conceituações podem muito bem coexistirem), mas ao menos sabemos estar no caminho certo.
Na pesquisa, as prioridades da região amazônica ficaram assim distribuídas: Preservar a floresta: 33%; Construir estradas: 27%; Desenvolver a agricultura: 17%; Desenvolver o turismo ecológico: 13%; Apoiar a indústria madeireira: 5%.
Se efetuarmos a soma dos percentuais dos itens "preservação da floresta" (preservação aqui entendido não como uma coisa estática, contemplativa, mas de utilização economicamente correta) e "ecoturismo", temos um montante de 46% do universo, tendendo para o aumento de uma compatibilização sustentabilista, já que a construção de estradas (27%) pode servir, também, para uma política séria e responsável de manejo, transporte, e logística de turismo.
A divulgação destes dados vem confirmar que a direção do nosso governo está correta: unir o que deu certo com a ousadia do novo.
O Acre vive hoje uma atmosfera muito diferente da de 15 anos atrás, no que toca especialmente ao sentido de sua economia. Tanto, que não somente os trabalhadores mas também empresários de vários ramos do nosso Estado estão conseguindo uma convivência mínima de pensamento desenvolvimentista correto.
É certo que muito da produção sustentável se sedimentará em médio e longo prazo. Mas, no curto prazo, o governo do Estado e a sociedade acreana já constróem o mapa, o zoneamento, de seu caminho. E isso é confirmado na pesquisa.
E esse caminho tem espaço para todos aqueles que sabem preservar e promover o presente e o futuro da vida.

Marcos Afonso é jornalista e deputado federal pelo PT – Acre. Escreve às quintas neste jornal. E-mail: dep.marcosafonso1313@camara.gov.br

Brasília, quarta-feira, 6 de junho de 2001 - 11h58

76% NÃO SABEM O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo pesquisa patrocinada pela ONG ambiental WWF sobre desenvolvimento e conservação do meio ambiente, 76% dos moradores da região amazônica entrevistados nunca ouviram falar em desenvolvimento sustentável. Apesar disso, a pesquisa aponta uma forte tendência a favor da preservação, já que 33% identificam a preservação da floresta como uma de suas prioridades e 59% não estão dispostos a conviver com poluição, mesmo que traga mais emprego. A pesquisa, que ouviu 2 mil moradores do Pará, Rondônia e do Acre, mostra que 61% acham que é responsabilidade do Governo a solução ambiental e o desenvolvimento da região.

Na pesquisa qualitativa, que ouviu empresários, lideranças políticas e formadores de opinião em geral, os principais problemas apontados foram o desmatamento da região, a contaminação dos rios pela falta de saneamento, a falta de políticas públicas coerentes e a falta de consciência ambiental da população. Entre outras conclusões, o estudo sugere a retomada da Agenda 21 (estabelecida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92), a criação do ICMS ecológico e o uso do zoneamento econômico ecológico (mapeamento do potencial de atividades econômicas sustentáveis).

Por Christian Morais/CQ

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

Agência Câmara
Tel. (61) 318.8473/318.7423
Fax. (61) 318.2390
agencia@camara.gov.br

Fechar esta janela

ambientebrasil

Cadastre-se já, GRÁTIS !!!

AMBIENTE AGENDA

Contribua com nomes
Sujeitas a aprovação do Conselho Técnico Editorial

Divulgue seu Evento !

RECOMENDE ESTA PÁGINA

NOTÍCIA COMPLETA

WWF lança relatório sobre a visão de líderes e povo da Amazônia sobre desenvolvimento e meio ambiente

Voltar

As lideranças amazônicas demonstram forte rejeição às políticas de desenvolvimento baseadas na expansão da soja e grãos para o mercado externo e destacam a falta de integração entre as políticas de desenvolvimento e as políticas ambientais do governo, revela o relatório Desenvolvimento e Conservação do Meio Ambiente - pesquisa de opinião com lideranças e a população da Amazônia, apresentado hoje em sessão especial comemorativa à Semana do Meio Ambiente promovida na Câmara Federal por iniciativa da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal, com a participação da Comissão da Amazônia.

A pesquisa, realizada pelo WWF-Brasil em parceria com o ISER, incluiu 90 entrevistas individuais com lideranças e formadores de opinião de 9 setores - parlamentar, empresarial, técnico-governamental, científico, militar, religioso, imprensa, movimentos sociais e ambientalistas --; entrevistas em grupo com madeireiros, colonos assentados, extrativistas e ribeirinhos; e entrevistas domiciliares com a população em geral, numa amostra de 2049 pessoas de 9 municípios de 3 estados (Acre, Rondônia e Pará).

O principal objetivo do estudo foi conhecer o pensamento da sociedade amazônida sobre a relação entre o desenvolvimento social e econômico e a conservação do meio ambiente, suas prioridades e valores, os problemas enfrentados, as soluções propostas, seu conhecimento e avaliação das entidades ambientalistas, sua visão de futuro e de sustentabilidade.

A pesquisa também levantou hábitos de pesca e consumo de caça, bem como as condições de vida da população. "É interessante verificar que tanto as elites como a população em geral desejam um modelo de desenvolvimento diferente do que o que aí está e que todos estão conscientes da necessidade e da utilidade de usar os recursos naturais da floresta de forma sustentável", diz Garo Batmanian, doutor em Ecologia e secretário-geral do WWF-Brasil - organização não-governamental brasileira e autônoma, com sede em Brasília, dedicada à conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

O ISER - Instituto de Estudos da Religião, organização não-governamental especializada em pesquisas de opinião com temas ambientais, sediada no Rio de Janeiro - foi representado por Samyra Crespo, doutora em História Social e coordenadora de pesquisas da instituição.

44

A floresta amazônica é o maior recurso econômico da Amazônia brasileira, segundo os líderes dos setores parlamentar, empresarial, técnico-governamental, científico, religioso, da imprensa, movimentos sociais e ambientais da Amazônia. O único setor que discorda é o militar, que atribui maior importância aos recursos minerais e hidrelétricos da região. No entanto, todos os setores observam que a Amazônia têm múltiplos recursos e uma vocação diversificada. Já para a população em geral, a preservação da floresta foi apontada como sua primeira prioridade para a região.

A sustentabilidade é um conceito internalizado em todos os segmentos pesquisados, inclusive na população em geral - embora apenas um quinto dos entrevistados em domicílio conheçam o termo desenvolvimento sustentável, a população evidenciou, por suas escolhas, que quer um modelo de desenvolvimento que utilize os recursos naturais sem destruir a natureza.

Entre as propostas para resolver os problemas da Amazônia, com ênfase em políticas públicas e na participação da sociedade civil, as lideranças destacaram o incentivo ao reflorestamento, utilização do Zoneamento Econômico-Ecológico - ZEE para orientar o desenvolvimento e mobilizar a sociedade, apoio à Agenda 21, adoção do ICMS Ecológico, avaliar e replicar novas experiências - como por exemplo as que vêm ocorrendo nos governos do Acre e do Amapá --, e aplicar as leis vigentes.

Desmatamento, contaminação dos rios e falta de saneamento nas cidades e vilas foram apontados pelos líderes como os principais problemas ambientais da Amazônia, onde a população enfrenta um acesso precário aos serviços públicos essenciais, o que explica as dificuldades constatadas nas condições de vida, principalmente no que se refere ao saneamento básico, escolaridade e transporte. A destruição da floresta também foi a alternativa que ficou em primeiro lugar, escolhida por 25,1% dos entrevistados, como o fator que mais prejudica a Amazônia.

Na avaliação das instituições, nem sempre as mais conhecidas correspondem às consideradas mais confiáveis ou mais eficientes. Em toda a parte qualitativa da pesquisa, foram valorizados o papel e a atuação das ONGs que associam as questões ambientais com as sociais. Essa associação é inclusive vista como uma característica do ambientalismo amazônida. Segundo os líderes entrevistados, a Amazônia é o berço do ambientalismo sócio-ambiental, o qual é também um sinal de amadurecimento do movimento ambientalista. Já na parte quantitativa, são poucos os que lembram espontaneamente o nome de ONGs ambientalista. Mesmo assim, 76% da população entrevistada mostrou simpatia pelas organizações que trabalham com questões ambientais e um percentual expressivo declarou estar disposto a trabalhar com elas, contribuindo voluntariamente com seu tempo e dinheiro.

A publicação tem 80 páginas, em edição colorida e ilustrada por 9 gráficos, 21 tabelas, 3 mapas e fotografias da região.(WWF)

45

CLIPPING WWF

Publicação: Jornal do meio ambiente

Data: maio de 2001

Pág. 3

Caderno: —

MAIO DE 2001

Sociedade da Amazônia quer preservar as florestas

Pesquisa de opinião sobre desenvolvimento e meio ambiente, realizada no segundo semestre de 2000 pelo WWF-Brasil e o ISER, revelou que a sociedade da Amazônia valoriza a floresta, é contra a sua destruição e deseja para a região um modelo desenvolvimento econômico e social que seja sustentável. A pesquisa incluiu 96 entrevistas em profundidade com lideranças de toda a Amazônia em 9 setores: ambientalista, acadêmico, empresarial, militar, imprensa, religioso, parlamentar, técnico-governamental e movimento social, grupos locais com 4 segmentos: ribeirinhos, madeireiros, extrativistas e colonos; e uma sondagem domiciliar com a população em geral, baseada no censo do IBGE, ouvindo 2049 pessoas nas zonas rural e urbana de 9 municípios no Acre, Rondônia e Pará.

• A preservação da floresta ficou em primeiro lugar no ranking de prioridades para a Amazônia feito pela população.

• A destruição da floresta também ficou em primeiro lugar no ranking sobre o que mais prejudica a Amazônia.

• Cerca de 74% dos entrevistados em domicílio vêm observando a diminuição das árvores no local onde vivem.

• O desmatamento e as queimadas foram apontados como o principal problema ambiental da Amazônia tanto pela população em geral como pelas lideranças de todos os setores entrevistados e os 4 segmentos que participaram dos grupos locais.

• A importância econômica da floresta é reconhecida por todos os setores e segmentos.

• As lideranças empresariais consideram que a agricultura e a pecuária devem ser feitas preferencialmente em áreas já desmatadas.

• Líderes de todos os setores estão convictos de que o desmatamento está aumentando e não está sendo controlado pelas medidas adotadas até agora.

• O desmatamento foi um dos três temas mais mencionados pelos líderes (os outros dois foram a contaminação dos rios e o saneamento).

BEST AVAILABLE COPY

46

Página da W

O ESTADO DE S. PAULO

Quarta-feira, 7 de junho de 2000

Governador do Acre promete manejo sustentável em Londres

Jorge Viana participa de conferência e anuncia que haverá madeira com certificado

OESP MIDIA

Faça já a sua assinatura!

JOÃO CAMINOTO

LONDRES - O governador do Acre, Jorge Viana (PT), anunciou ontem em Londres o compromisso de garantir que 25% das florestas do Estado - cerca de 4 milhões de hectares - sejam explorados por meio de manejo sustentável.

Com isso, todos os produtos de madeira terão de ser certificados com o selo verde, concedido pelo Forest Stewardship Council (FSC).

Viana prometeu também que a primeira área certificada será a floresta estadual de Antimari, de 66.168 hectares, que fornecerá madeira para o mercado local. Ele é um dos participantes da Conferência do Milênio, da Campanha Florestas para a Vida, e da Feira Mundial de Produtos Certificados de Madeira e Papel, promovidas pela organização não-governamental World Wildlife Fund (WWF) e pelo FSC. O governador do Acre recebeu da WWF o certificado Gift to the Earth, dado a quem se comprometem com o ambiente.

O governador disse que, com o zoneamento do Estado, que já foi concluído e deve ser publicado em julho, o governo intensificará o projeto de garantir a exploração sustentável das reservas ambientais. "Temos de aproveitar nossas riquezas, mas vamos fazer isso de maneira correta e exemplar", disse. "O Acre fez uma opção pela floresta, é um governo pela floresta e é uma referência em se tratando de Amazônia brasileira."

Segundo ele, o Acre, além de comprador de madeira e outros produtos certificados, será também o primeiro Estado a se tornar fornecedor de madeira certificada, mostrando que as florestas podem ser rentáveis sem necessariamente serem desmatadas. (Agência Estado)

anterior
- Rondônia aprova zoneamento e preserva 70% das florestas

próxima
- FHC lança hoje campanha para evitar queimadas
- Geral
- capa Estado

imprimir enviar comentário

Pesquisa Colunistas Especiais Manual de Redação Clube do Assinante English Expediente

Classificados Linha Quente do Estado

Vende-se: tudo

001160

comprador de madeira e outros produtos certificados, será também o primeiro da Amazônia a se tornar fornecedor de madeira certificada, dando o exemplo de que as florestas podem ser rentáveis sem necessariamente serem destruídas. O governador considera cedo para calcular qual será o período necessário para atingir o objetivo de certificar 25% das florestas do Acre. "Mas espero que nos próximos três anos tenhamos chegado bem perto dessa marca", disse.

Ele disse que a certificação será financiada pelos governos federal e estadual, setor privado e organizações não governamentais.

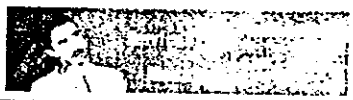
O governador evitou críticas à política do governo federal para a preservação da floresta amazônica. "Apesar de eu ser de oposição tem sido possível estabelecer uma cooperação nesse tema", disse. Mas ressaltou que os ministérios da Economia e do Planejamento "precisam conhecer mais a dimensão do problema"para reforçarem o apoio à região. Viana afirmou também que, com exceção do Amapá, os demais Estados da Amazônia ainda estão distantes de adotar uma política de certificação de suas reservas florestais.

Cerca de 600 delegados de todo o mundo participam do evento em Londres, que será encerrado na quinta-feira. O governador do Acre dedicou várias horas para visitar os estandes das dezenas de empresas estrangeiras que participam da feira.

001159

DIÁRIO OnLine

Selecione a seção

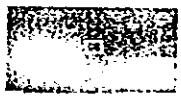


Minuto a Minuto

FALE com o DOL

06/06 - 19h50

Governador do Acre assume proposta de preservação



O governador do Acre, Jorge Viana (PT), anunciou nesta terça-feira em Londres seu compromisso de garantir que 25% das florestas do Estado - cerca de quatro milhões de hectares - sejam exploradas através de manejo sustentável. Com isso, todos os produtos de madeira dessa área terão que ser certificados com o selo verde, concedido pelo Forest Stewardship Council (FSC). Ele prometeu também que a primeira área certificada será a floresta estadual de Antimari, de 66 168 hectares, que fornecerá madeira para o mercado local.

Viana foi um dos principais participantes do primeiro dia da conferência do Milênio da Campanha "Florestas para a Vida" e da Feira Mundial de Produtos Certificados de Madeira e Papel , promovidas pela organização não-governamental Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e pelo FSC na capital britânica.

O governador do Acre recebeu da WWF o certificado "Gift to the Earth", programa que reconhece pessoas que se comprometem com a conservação da natureza em todo o mundo.

O governador disse que com o zoneamento do Estado, que já foi concluído e deve ser publicado no início de julho, o governo intensificará as ações para garantir a exploração sustentável das reservas. "Não podemos ter vergonha de produzir usando os recursos da floresta, temos que aproveitar as nossas riquezas, mas vamos fazer isso de uma maneira correta e exemplar", disse Viana. "O Estado do Acre fez uma opção pela floresta, é um governo pela floresta e é uma referência em se tratando de Amazônia brasileira."

Segundo Viana, o Acre, além de

Gazeta Mercantil – Amazonas – 01 de outubro de 2001

Geral

Acre quer mercado de madeira com selo

O Acre quer produzir, nos próximos dois anos, 20% de toda madeira certitificada comercializada no Brasil. O beneficiamento de madeira legalizada saiu dos sonhos para fazer parte dos novos projetos empresariais em curso no Estado. Em parceria com organizações governamentais, a Madeireira C.M.Neto, de Adelaide Fátima, realiza o primeiro projeto de manejo visando a obtenção do selo FSC, uma organização internacional voltada à certificação de produtos madeireiros.
Numa área de 100 hectares, localizada no município de Sena Madureira (a 120 quilômetros de Rio Branco), a C.M. Neto e a Funtac extraem mais de 60 espécies de madeiras com técnicas de manejo que não agridem o ecossistema. Fátima é dona de uma área muito maior, mais de mil hectares, que ela quer anexar ao projeto de manejo. Os recursos atuais, entretanto, só são suficientes para tocar os l00 hectares, onde as atividades são financiadas pelo Pró-Manejo, um programa do banco Alemão KWF e da Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac). Por ano, a indústria pretende extrair 2000 metros cúbicos de madeira com o selo verde.
A "indústria ecologicamente correta" produz seus efeitos. Há, em curso, um fenômeno de contra-fluxo da indústria madeireira na região oeste da Amazônia, especialmente entre os Estados de Rondônia e Acre. Na década passada, mais de 70% das madeireiras deixaram o Acre e partiram para os vários municípios do Estado vizinho em busca de melhores preços e legislação ambiental mais branda. Hoje, várias madeireiras estão fazendo o caminho inverso, voltando para o Acre, um lugar de regras ambientais rígidas, mas verdadeiramente promissor em termos de certificação de madeira e farto em reservas legais, ambos escassos em Rondônia.
No final das contas, Fátima estará vendendo um metro cúbico de Figueira, uma espécie quase sem valor comercial pelas atuais técnicas de extração, por R$130.

Mogno

Uma das maiores reservas de mogno do mundo está no extremo noroeste do Acre, na fronteira com o Peru. O governo acreano quer industrializar essa madeira. "Queremos encontrar meios de manejar esse mogno. Não adianta sentar em cima do ouro e ficar passando fome", disse, recentemente, o governador Jorge Viana ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Hamilton Casara, durante reunião no escritório do governo em Rio Branco. Casara prometeu ajudar e anunciou a distribuição de um milhão de mudas de mogno nos municípios do Acre.
O crescimento industrial do Estado, reconhecem técnicos da Secretaria de Planejamento, ainda é pequeno. O setor que mais cresceu foi realmente o de desdobramento da madeira, com ênfase para as marcenarias e movelarias. De acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico, do total de indústrias instaladas no Acre, 76% estão se enquadram nessas duas categorias.
O setor sofreu duro impacto nas décadas de 80 e 90, esteve quase que dizimado no final do milênio mas, enfrentando leis duras e pautas fiscais elevadas, dá sinais de recuperação. Em 1999, serrarias e marcenarias somavam 384 empresas. Em 2000 eram 257. O soerguimento do Distrito Industrial de Rio Branco, que aguarda para os próximos dias R$ 5 milhões em investimentos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para obter infra-estrutura e retomar, de maneira consistente, entre outras atividades, a produção de madeira certificada, é a próxima etapa do processo.

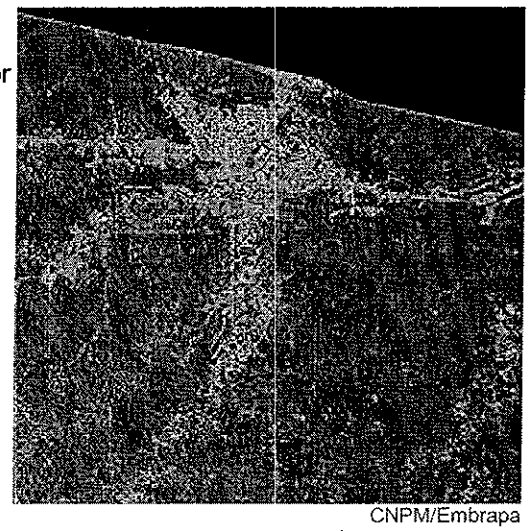
Edmilson Ferreira
De Rio Branco

Segunda-feira, 01 de outubro de 2001 - **09h34**

ciência e meio ambiente AGÊNCIA ESTADO

Acre obtém US$132 milhões do BID

Recursos financiarão Plano de Desenvolvimento Sustentável, que pretende transformar 20% do estado em reservas florestais.

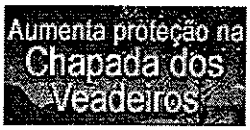


CNPM/Embrapa
No destaque da imagem de satélite, a cidade de Tarauacá e um trecho da rodovia BR-364, que segue para Cruzeiro do Sul e será pavimentada com recursos do BID.

São Paulo - O governador do Acre, Jorge Viana, retornou dos Estados Unidos, neste fim de semana, com um acordo de US$132 milhões na bagagem. Os recursos foram concedidos pelo Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID) e vão financiar, nos próximos 5 anos, a primeira fase do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado, com orçamento total estimado em US$ 240 milhões. O BID responderá por 60% do montante já acordado e a contrapartida do Acre será de 40%.

"Vamos nos concentrar numa economia de base comunitária e florestal e queremos transformar o Acre num modelo mundial de desenvolvimento sustentável para florestas tropicais", disse o governador, de passagem por São Paulo, em entrevista exclusiva à Agência Estado. O dinheiro será investido em infra estrutura, na implantação de reservas florestais e extrativistas, em saúde, educação e no que os acreanos começam a chamar de "florestania", uma espécie de cidadania dos povos da floresta.

A maneira de alcançar esta florestania, segundo Jorge



51

WWF-Brasil 12

Divulgação/
Governador do Acre, Jorge Viana, discursa no BID, onde obteve US$132 milhões.

O projeto de desenvolvimento da infra estrutura obedece ao zoneamento econômico-ecológico (ZEE) estadual, realizado de forma participativa, com a ajuda de entidades ambientalistas como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). "Nosso ZEE custou US$1,5 milhão e foi feito em um ano e meio, com ampla participação da sociedade civil", disse, ainda, Jorge Viana. "Ele é um instrumento para nos orientar no desenvolvimento sustentável do Estado, porque não basta só proibir, como no caso do mogno: é preciso estabelecer os limites do que não pode ser feito, mas também dizer o que pode e como fazer".

A exploração racional do mogno, sempre com certificação, é uma das alternativas que Viana pensa desenvolver para o Acre, de olho na tendência dos mercados internacionais, sobretudo europeus, que gradualmente estão abandonando tudo o que não é certificado, por estar associado a danos ambientais. "Daqui a 2 anos, os ingleses já não estarão mais comprando nada que não tenha o selo verde e o Brasil ainda está muito atrasado nesta matéria, precisamos dar o exemplo de como se pode trabalhar na Amazônia, sem destruir".

Liana John

◀ mais notícias ▶

imprimir enviar comentário fotos

Copyright © 2001 Agência Estado. Todos os direitos reservados.

WWF-BRASIL highlights

52

CLIPPING WWF

Publicação: JORNAL O ESTADO DE S. PAULO
ANO 122 Nº 39.431

Data: 02/10/2001 | Pág. A10 | Caderno: GERAL

Governo do Acre e BID: parceria de US$ 240 milhões

Banco investirá 60% do montante para plano de desenvolvimento sustentável

LIANA JOHN

Divulgação

O governador do Acre, Jorge Viana, discursa no Bid, onde obteve US$132 milhões para plano que vai tornar reservas 20% do Estado

O governador do Acre, Jorge Viana, retornou dos Estados Unidos, no fim de semana, com um acordo de US$ 132 milhões na bagagem. Os recursos foram concedidos pelo Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID) e vão financiar, nos próximos cinco anos, a primeira fase do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado, com orçamento estimado em US$ 240 milhões. O BID responderá por 60% do montante e o governo estadual com 40%.

"Vamos nos concentrar numa economia de base comunitária e florestal e queremos transformar o Acre num modelo mundial de desenvolvimento sustentável para florestas tropicais", disse o governador, de passagem por São Paulo. O dinheiro será investido em infra-estrutura, na implantação de reservas florestais e extrativistas, em saúde, educação e no que os acreanos chamam de "florestania", espécie de cidadania dos povos da floresta.

Segundo Jorge Viana, a meta é transformar 20% do território do Acre em reservas florestais – nacionais e estaduais – e reservas extrativistas. Seriam 5 milhões de hectares, dos quais 2 milhões já foram legalmente transformados em reservas.

A Tribuna – Acre 13 de out/ 01

Certificação ambiental será fundamental para o Acre

Brasília - Em poucos anos, qualquer produto que saia das florestas do mundo inteiro, inclusive, e principalmente, dos estados da Amazônia brasileira, só será aceito no mercado internacional se for certificado, ou seja, se for carimbado como um produto originário de um manejo florestal ecologicamente responsável. No Brasil, essa certificação será executada agora pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (CBMF), organização não-governamental sem fins lucrativos que foi instalado no mês passado.

A ONG terá vínculo com o Forest Stewardship Council (FSC), uma entidade internacional independente criada em 1990 para certificar os produtos das florestas levando em conta a sua conservação ambiental e o seu desenvolvimento sustentável. O FSC envolve ambientalistas, pesquisadores, engenheiros florestais, empresários da indústria e comércio de produtos de origem florestal, trabalhadores, comunidades indígenas e outros povos da floresta, além de instituições certificadoras de 34 países.

O objetivo do FSC é promover o manejo das florestas do mundo de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável. Isso só é possível através do estabelecimento de um padrão mundial de princípios de manejo florestal.

Os benefícios são ambientais porque a certificação contribui para a conservação da biodiversidade; são sociais porque promovem o respeito aos direitos dos trabalhadores, povos indígenas e comunidades locais; e são econômicos, pois melhoram a imagem pública do proprietário. Atualmente, no mundo, as florestas certificadas somam 24 milhões de hectares e já existem mais de 20 mil produtos com selo FSC.

A certificação é feita por organizações especializadas credenciadas e monitoradas pelo FSC. As certificadoras fazem a auditoria conforme os princípios e critérios do selo FSC. Além desses princípios e critérios, existem também padrões nacionais ou regionais que traduzem esses critérios para os diversos tipos de floresta e a realidade local.

No Brasil, existem hoje 870.511 hectares de florestas certificadas, desde o estado do Amazonas até o Rio Grande do Sul, e mais de 100 produtos com o selo FSC. Presente no país desde 1996, o FSC era promovido por um grupo de trabalho coordenado pela organização não-governamental WWF-Brasil.

Segundo Walter Suiter, secretário-executivo do grupo de trabalho, a criação de uma entidade independente era necessária para garantir a autonomia e imprimir mais agilidade na promoção da certificação florestal no país. "O movimento foi se desenvolvendo e cresceu a ponto de não caber mais dentro de uma organização apenas como um projeto", disse Suiter.

Na mesma assembléia que fundou o CBMF, foram aprovados os padrões brasileiros para a certificação da Floresta Amazônica de terra firme. Fazem parte do Conselho Diretor da nova entidade representantes do WWF-Brasil, do Greenpeace, da Rede Mata Atlântica, do Vitae Civilis, da Organização dos Seringueiros de Rondônia, entre outros.

A expectativa do grupo de trabalho é que as áreas certificadas e o número de produtos provenientes dessas áreas aumentem no Brasil, melhorando a imagem do país perante a comunidade internacional e os próprios brasileiros. "Há uma crença de que as autoridades não se preocupam em preservas as florestas.

A criação da CBMJ apresenta uma vontade de que a floresta seja bem utilizada, que não haja desmatamento e destruição", disse o secretário executivo do grupo de trabalho. Segundo Rubens Born, coordenador executivo do Vitae Civilis, o que diferencia o FSC dos outros selos, é que os seus princípios e critérios foram previamente negociados entre as diversas partes interessadas, ou seja, os ambientalistas, os produtores e os representantes das organizações da sociedade civil.

LINEAR
Comunicação e Publicidade
Fone/Fax: 225 3566
226 3007

MEIO AMBIENTE
JORNAL: GAZETA MERCANTIL
DATA: 10 OUT 2001 PAG: 9 CADERNO A

Florestas terão atestado nacional

Normas estão em processo de consulta pública até novembro

Regina Scharf
de São Paulo

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) prepara-se para lançar o Cerflor, certificado florestal concebido há quase dez anos pela Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS). Ele é concorrente direto do certificado do Forest Stewardship Council (FSC), que já foi concedido a empreendimentos brasileiros, num total de 870 mil hectares de florestas. Tanto o Cerflor quanto o FSC atestam que o manejo é sustentável, sem impactos negativos sobre os recursos naturais ou as comunidades vizinhas.

Até o começo do mês passado, o FSC era administrado no País pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF). No dia 18, este foi substituído pelo recém-criado Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (CBMF), uma não-governamental composta por representantes de outras ONGs e do setor madeireiro. No caso do Cerflor, o papel de acreditador fica por conta de uma autarquia federal, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). A ABNT é o primeiro certificador registrado.

Rubens Garlipp, diretor-superintendente da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), diz que mais de 30 países, inclusive Estados Unidos, Espanha e Argentina, têm certificados florestais nacionais. "O Cerflor é adequado à realidade brasileira, reflete nossas demandas específicas, mas é alinhado com as tendências internacionais", diz.

Na mesma linha, Frederico Cabral, diretor de Certificação da ABNT, argumenta que a entidade faz parte de uma rede de certificação consagrada, que inclui a International Organization for Standardization (ISO), o que poderá facilitar a aceitação do Cerflor no exterior.

As normas do Cerflor para o manejo de florestas homogêneas (basicamente pinus e eucaliptos) passam, no momento, por um processo de consulta pública, que deve se encerrar em novembro. As normas para o manejo de florestas nativas e para a padronização das auditorias florestais ainda estão sendo elaboradas.

Se o modelo para florestas homogêneas permanecer como foi proposto pela ABNT e o SBS, o Cerflor terá alguns critérios diferentes dos do FSC. Em princípio, ele deverá aceitar o plantio de mudas transgênicas, rejeitado pelo FSC. O certificado nacional também reduz o peso da opinião das comunidades vizinhas ao empreendimento avaliado.

Walter Suiter, que dirigiu o Grupo de Trabalho do FSC no WWF, questiona a necessidade de um novo certificado, que considera mais frouxo. "Ele não exige explicitamente que o empreendedor dê alimentação decente, alojamento e assistência médica aos seus funcionários e dispensa a consulta às comunidades próximas", diz. "Com isso, pode permitir que uma empresa obtenha um certificado, mesmo não sendo ótima."

Cabral rebate as críticas do concorrente. "As diferenças entre os dois certificados são detalhes técnicos mínimos." E mesmo esses ainda estariam abertos à discussão. "A consulta à comunidade, por exemplo, faz parte do processo, mas não queremos que a certificação tenha componente passional, dando espaço a brigas", diz. "Certificação não é uma disputa jurídica. Não há razão para colocá-la na rede, para que todos possam opinar."

Produtores aguardam reavaliação de autos

Os produtores rurais de Mato Grosso do Sul autuados por queimadas irregulares em suas propriedades aguardam a reavaliacão dos autos de infração expedidos contra eles pelo Ibama e a diretoria da Famasul solicitou maior rigor na fiscalização das propriedades queimadas para identificar os verdadeiros causadores dos incêndios.

A gerente executiva do Ibama no estado, Natalina da Rocha Vieira, se comprometeu a marcar uma reunião entre o instituto, a Famasul e os produtores rurais de Corumbá, uma das regiões mais atingidas pelas queimadas. No próximo dia 16, peritos do Ibama de Brasília acompanharão os peritos de Mato Grosso nas regiões de Corumbá e Porto Murtinho para apurar a origem dos incêndios e não penalizar produtores rurais injustamente.

Rede Vida

Edição 419 - Cuiabá-MT, 05 a 11 de outubro de 2001

Nova ONG permite mais autonomia

Promover a certificação de florestas e produtos com insumo florestais no país pelos critérios internacionais do Conselho do Manejo Florestal (FSC), deixou de ser responsabilidade de um grupo de trabalho coordenado pela WWF-Brasil desde a segunda quinzena do mês passado. É que uma nova organização não-governamental, ong, foi fundada com essa missão, trata-se do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (CBMF), composta por ambientalistas, empresários, engenheiros florestais e representantes dos trabalhadores e de entidades da área social, entre outros.

Esse tipo de certificação, a FSC, já ocorre no Brasil há cinco anos. Porém, a criação de uma entidade independente significa maior autonomia e agilidade para a atuação em prol do bom manejo sustentável da floresta, pois define como explorar a floresta e ao mesmo tempo trazer benefícios ecológicos, econômicos e sociais, além de assegurar que o uso dos recursos florestais sirva não só a esta mas também a futuras gerações.

Os princípios e critérios do FSC são os mesmos para todos os tipos de floresta em qualquer lugar do mundo, entretanto há a necessidade de adequá-los à realidade local, verificando os padrões nacionais para cada tipo de floresta manejada. O responsável por isso agora, é a CBMF que realizará a aprovação e fiscalização dos padrões brasileiros para os diferentes tipos de florestas.

A certificação FSC garante ao consumidor a origem (se é proveniente de uma floresta explorada de forma sustentável tanto do ponto de vista ambiental e social quanto econômico) do componente florestal (madeira ou outro) utilizado na confecção de um produto.

Existem hoje no Brasil 870.511 hectares de florestas certificadas, desde o estado do Amazonas até o Rio Grande do Sul, e mais de 100 produtos obtiveram o selo FSC. No mundo, as florestas certificadas somam 24 milhões de hectares e há mais de 20 mil produtos com selo FSC.

BRAZILIAN FSC FOUNDED

The Brazilian Forest Stewardship Council was founded on 18 September 2001 in Brasilia. The organisation will promote responsible forest management aiming to preserve Brazil's threatened rainforests for the future.

Founding members include the social groups OSR (rubber tappers' organisation) and the Amazonian Working Group, the environmental NGOs WWF and Greenpeace, and Aimex, the timber exporters' association from the states of Pará and Amazonas, as well as Indústrias Klabin S.A., a big paper and pulp producer.

Sources: Reuters, 20 September 2001; WWF Brazil press release, 19 September 2001.